

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LUCIANE ROCHA DE SENA

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL, DIREITO À EDUCAÇÃO E
INTERSETORIALIDADE

Porto Alegre

2018

LUCIANE ROCHA DE SENA

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL, DIREITO À EDUCAÇÃO E
INTERSETORIALIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharela em Serviço
Social do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof^a Dr^a Dolores Sanches
Wünsch

Porto Alegre
2018

LUCIANE ROCHA DE SENA

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL, DIREITO À EDUCAÇÃO E
INTERSETORIALIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharela em Serviço
Social em Escolha a área curso de Serviço
Social da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientador: Prof^a Dr^a Dolores Sanches
Wünsch

Aprovado em _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Dolores Sanches Wünsch
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a Dr^a Vanessa Maria Panozzo Brandão
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico esta pesquisa aos trabalhadores da educação, em especial aos professores e assistentes sociais pela coragem e perseverança na arte de educar e emancipar.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos que apoiaram a construção deste trabalho. Em especial à minha professora orientadora, Prof^a Dr^a Dolores Sanches Wunsch, por ser minha orientadora diante desse semestre tão conturbado, pela competência profissional, pela dedicação admirável e paciência com a qual ensina que nos mobiliza a querer estudar e saber mais.

À Prof.^a Dr.^a Vanessa Maria Panozzo Brandão, por aceitar o convite para fazer parte da banca deste Trabalho de Conclusão de Curso e pela orientação no estágio.

À minha família, principalmente à minha mãe, pois sem ela eu não teria cumprido a trajetória.

Às amigas, principalmente a Débora de Oliveira, que foi a primeira a incentivar e plantar a semente de confiança dentro de mim, afirmando que esse sonho da formação superior na UFRGS era possível sim.

Às amigas maricotas, que sempre me incentivaram com palavras de apoio para superação das adversidades do caminho.

Aos colegas de trabalho, que apoiaram e contribuíram com sua paciência sempre incentivando para a superação das dificuldades.

RESUMO

O presente trabalho é produto das reflexões que emergiram do processo de formação profissional, em especial do Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social, realizado no Câmpus Alvorada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). O eixo central de discussão é Assistência Estudantil e a intersetorialidade enquanto possibilidade de efetivar o acesso à educação, visto que este não se resume apenas ao ingresso, mas também à manutenção da permanência dos estudantes. Assim, problematiza-se a Política de Educação como direito e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como marco e contribuição para a permanência e a conclusão dos cursos, nos quais estudantes em vulnerabilidade social e econômica estão matriculados. Para tanto, realiza-se uma análise da Política Educacional Brasileira dos subsídios utilizados pelo Assistente Social na política de educação, evidenciando-se o Serviço Social na assistência estudantil e como o PNAES contribui desde a sua regulamentação em 2010. Efetiva-se uma pesquisa bibliográfica e documental para compreender o trabalho na política de educação, os marcos-lei, como a assistência estudantil é executada e concebida pelo viés da intersetorialidade pelos profissionais das políticas públicas do território. A partir disso, reflete-se sobre o processo vivenciado no estágio, considerando a assistência estudantil que sustentou a intervenção realizada nessa experiência. Constata-se que a política educacional, ao se instituir como espaço de efetivação e garantia de direitos, demanda a assistência estudantil como um dos seus alicerces, assim como as leis e a política de educação como a LDB e PNE. Nesse sentido, requer um constante aprimoramento dos processos de trabalho e que a concepção de direito seja apropriada pelos profissionais que atuam na assistência estudantil e pelos espaços onde estão inseridos. Conclui-se então que o desafio é articular a política de educação com as demais políticas para dar respostas à assistência estudantil no que diz respeito às expressões da questão social, na contramão do projeto neoliberal que atava as políticas públicas, aqui em especial a política de educação; todavia, é preciso seguir em direção ao projeto ético-político da profissional.

Palavras-chave: Intersectorialidade. Permanência. Assistência Estudantil. Serviço Social. PNAES.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANDIFES	Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
AE	Assistência Estudantil
BM	Banco Mundial
CEP	Código de Ética da Profissão
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EAD	Educação à distância
FMI	Fundo Monetário Nacional
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Comunitária e Estudantil
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Base de Educação
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Projeto Emenda Constitucional
PEP	Projeto Ético-Político
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PNAE	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PEP	Projeto Ético Político

PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Faixa Etária Estudantes PROEJA – IFRS/Campus Alvorada.....	20
Gráfico 2 - Etnias Estudantes PROEJA - IFRS/Campus Alvorada.....	21
Gráfico 3 – Tipos de Moradia Estudantes PROEJA - IFRS/Campus Alvorada	21
Gráfico 4 – Composição familiar Estudantes PROEJA - IFRS/Campus Alvorada....	22
Gráfico 5 – Tipo de transporte utilizado pelos Estudantes PROEJA - IFRS/Campus Alvorada	23
Gráfico 6 – Participação dos Estudantes PROEJA - IFRS/Campus Alvorada no sustento da família	23

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	12
2.1 O RESGATE HISTÓRICO DA INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....	13
2.2 QUESTÃO SOCIAL, O PERFIL DOS ESTUDANTES E AS DESIGUALDADES SOCIAIS.....	18
2.3 SUBSÍDIOS E BASES PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....	27
3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INTERSETORIALIDADE: DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO	35
3.1 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	35
3.2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INTERSETORIAL.....	44
3.3 A INTERSETORIALIDADE E O TRABALHO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFRS.....	53
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERENCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

Tendo como pressuposto que o processo de ensino-aprendizagem seja contínuo, este Trabalho de Conclusão de Curso é fruto da experiência do estágio curricular em Serviço Social e das reflexões e inquietações que emergiram a partir do mesmo. O estágio oportuniza ao graduando, além da elaboração e execução do Projeto de Intervenção, a participação e o acompanhamento de diversas outras atividades que compõem o trabalho do Serviço Social na instituição em que se realiza o estágio. O estágio curricular em Serviço Social, como elemento fundamental no processo de conhecimento, possibilita a formação qualificada do estudante.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social é, então, a síntese do processo vivenciado no estágio, e agora como um processo de reflexão maior sobre esse processo e sobre a política de educação, política na qual o estágio foi realizado.

Considerando que o campo de estágio curricular insere-se na Política de Educação, sendo o espaço sócio-ocupacional o Câmpus Alvorada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), foi através dele que surgiram os questionamentos e problematizações trazidos para esta monografia.

A problematização dá-se à Assistência Estudantil pertencente à política de educação a partir da vivência e aprendizado no campo de estágio e que demandou uma inquietação quanto à garantia do direito à educação e um aprofundamento quanto à intersectorialidade no sentido da concretização do direito.

A partir deste aprofundamento, surge a pergunta que orienta este trabalho e que é refletida ao longo da monografia: *Em que medida o trabalho do Assistente Social tem contribuído para efetivação do direito à educação considerando as expressões da questão social que perpassam pela assistência estudantil e sua relação intersectorial?*

Esta indagação relaciona-se diretamente com a vivência do estágio curricular e com o Projeto de Intervenção executado, pois este se ancora no entendimento de assistência estudantil, acolhimento dos estudantes, como um dos mecanismos que tem o objetivo do conhecimento e da análise da realidade de cada estudante e a dificuldade da permanência e a conclusão dos cursos; porém, com a compreensão

que, para além do repasse de recursos financeiros, o desafio é a efetivação dos direitos. E que é essencial que as ações de assistência estudantil sejam realizadas intersetorialmente para atender de forma articulada e criativa as demandas dos estudantes, de sua família e da comunidade, de suas dificuldades, demandas e potencialidades, para que se garanta o direito primordial que é o acesso à educação.

Diante do objetivo de discutir a relação da Política de Educação, Assistência Estudantil e intersetorialidade, o presente trabalho divide-se em três capítulos que, de forma conectada, expressam o estudo e o conhecimento sobre o tema, sendo este o capítulo de introdução.

O segundo capítulo discute a inserção do Assistente Social na Política de Educação Nacional e sua atuação diante do sistema capitalista vigente, tema que se faz necessário para compreender o profissional que se insere e o contexto de trabalho. Como subcapítulo, aborda-se o reagente histórico, questão social e o perfil dos estudantes do IF, com recorte especial do PROEJA e ainda os subsídios que o Assistente social pode contar para exercer suas atividades.

No terceiro capítulo discute-se a intersetorialidade na Assistência Estudantil e na política de educação com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Aborda-se ainda o PNAES como instrumento de apoio à Assistência Estudantil, juntamente com os demais marcos legais apontados no capítulo 3. Nessa perspectiva, apresenta-se a intersetorialidade como forma de gestão no auxílio da efetivação do direito à educação diante do sucateamento e do corte de verbas.

Cabe ressaltar a importância da intersetorialidade diante do atual corte de verbas e congelamento de recurso e um aumento das vulnerabilidades diante do avanço da política neoliberal.

2 O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

No Brasil, a inserção do Assistente social na política de educação não é uma matéria nova, mas ainda insuficiente abordada para um tema com uma importância tão significativa que é a inserção desse profissional no espaço sócio-ocupacional da política de educação, bem como que se está diante de um profissional com formação cujos conhecimentos são voltados para trabalhar junto às necessidades, potencialidades e demandas advindas da política de educação e na efetivação do acesso à política.

Destaca-se, entretanto, que a histórica presença da profissão na área da educação é permeada por diferentes requisições que a acompanham no embate capital-trabalho.

Embora muitos tendam a afirmar que se trata de um debate ou de um campo novo, a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise (CFESS, 2012, p. 16).

A presença do assistente social na política de educação ocorre desde o início da profissão. Segundo Amaro (1997), o Serviço Social foi implantado como serviço de assistência ao escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura em 25 de março de 1946 através do decreto n. 1394, vinculado ao programa geral de assistência escolar. Suas atividades na educação estavam historicamente voltadas à identificação de “problemas sociais” emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitem a “adaptação” dos escolares ao seu meio e ao “equilíbrio” social da comunidade escolar.

Sendo assim, esse capítulo trata de apresentar um resgate histórico da inserção do assistente na política de educação, bem como apresenta aspectos contemporâneos de sua atuação na política. Pretende ainda retratar o perfil dos estudantes apurado durante o estágio obrigatório da autora desse trabalho, como forma de problematizar as expressões da questão social com a qual o profissional trabalha. E ainda apresentar os marcos legais que respaldam o trabalho do

assistente social, como os subsídios criado para o trabalho do assistente social na política de educação.

2.1 O RESGATE HISTÓRICO DA INSERÇÃO DO AS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A partir de 1940, o assistente social passa a se inserir em diversos campos, entre eles o da política de educação, apresentando ao longo de sua história diferentes perspectivas de atuação. Posteriormente, durante a ditadura militar, o espaço profissional foi reduzido. Entretanto, após o processo de redemocratização do país, o espaço foi retomado. Sendo assim, conforme já mencionado, não se trata de um campo novo para a profissão, mas de um processo de retomada de atuação na política pública que contribui diretamente para a retomada do direito à educação.

Durante a ditadura militar, o serviço social moldou-se ao regime e passou a atuar de acordo com as práticas e as demandas do capital e as disfunções sociais que precisavam de correção, mas a profissão continuou em discussão sobre os caminhos e direção do serviço social.

Ainda segundo Amaro (1997), entre as funções do assistente social na ditadura estava a de analisar casos de desajuste social e orientar os pais e professores sobre o “tratamento adequado” e manter articulação com os grupos da escola, professores, pais e outras entidades da comunidade. Desde o início da profissão, os profissionais eram chamados a atender os alunos com desvio escolar ou de comportamento e somente ao longo do tempo é que foram desenvolvendo o seu perfil ideológico e crítico, num período que já visava formar indivíduos conforme a demanda do capital.

Devido à industrialização desenfreada e unindo-se ao êxito rural e ao processo de urbanização sem planejamento, as expressões da questão social aumentaram as demandas para atuação do serviço social, demandas essas advindas do capital. Das fábricas, vinham os problemas advindos da relação entre empregado e empregador, da falta de moradia, de exploração, do desemprego. A intervenção seguia a lógica do capital, preparando o indivíduo para o mercado conforme as práticas do capital, num momento de êxodo rural e de crescente urbanização.

É importante pontuar que o Assistente social desde a sua atuação inicial até os anos 1980 tem um caráter conservador, conforme nos traz Soares (2016, p.38): as ações da prática profissional até a década de 1980 tinham como característica principal o conservadorismo, sendo demarcado e metamorfoseando-se conforme as necessidades históricas do capital.

Com o período que chamamos de intenção de ruptura com a herança conservadora, nos anos de 1980, Iamamoto (1997, p.37) traz:

[...]se expressa como uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento social mais geral determinado pelo confronto e a correlação de forças entre classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado as suas atividades e pela forma de conduzi-las (IAMAMOTTO, 1997, p. 37).

Assim, o Serviço Social passou por um período importante buscando romper com as antigas ações dos assistentes sociais voltadas para uma perspectiva mais conservadora. Esse movimento trouxe uma postura crítica. E é também no contexto escolar, a partir desse marco histórico, que se dá a mudança de postura dos assistentes sociais. Os profissionais começam a atuar criticamente, compreendo que o espaço escolar reflete socialmente as contradições da sociedade capitalista que apresentam aspectos econômicos e seus desdobramentos.

A partir dos anos 1980, o Serviço Social ganha um novo contorno; práticas sociais, a escola, reprodução social refletem contradições da sociedade, ganhando maior rigor crítico e teórico no seu pensar e agir profissional. O serviço Social modificou sua direção e significado social. Na década de 1990, a profissão começa a dar novas respostas às necessidades sociais advindas da relação capital e trabalho, vivenciadas pela classe de trabalhadores, na direção de um projeto ético-político, vinculado a um projeto societário pautado na busca pela justiça e pela igualdade.

O novo código de ética da profissão, que emerge desse contexto, vai expressar o direcionamento assumido nos marcos do movimento de ruptura com o conservadorismo, respaldando as ações em defesa da classe trabalhadora. O código de ética do assistente social apresenta um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensiona a inserção do Serviço Social na vida brasileira compromissando-o com os interesses históricos.

A partir dos novos marcos emergem novas perspectivas de atuação profissional. As expressões da questão social passam a ser reconhecidas como objeto da profissão. Desta forma, na política de educação, é possível perceber a atuação do Assistente Social em situações em que antes somente outros profissionais podiam atuar como alunos envolvidos com drogas, crianças grávidas, crianças e adolescência vítimas de maus-tratos, em condições de fome e começam a abordar a questão educativa visando à cidadania, capacitação social e educação popular; novas práticas como a mediação da questão social no contexto escolar; o enfrentamento das expressões da questão social que se destacam nas crianças quando estas apresentam fracasso escolar, baixos índices de escolarização e do entra e saí devido às suas limitações sócio econômicas.

A escola pública e, mesmo, a particular, na esfera do ensino fundamental, se vê atravessada por uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou estranhos ao universo da educação escolarizada, hoje se manifestam de forma muito mais intensa e complexa: a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a negação da profissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docentes são algumas das muitas expressões da questão social (ALMEIDA, 2007, p. 5).

Entre as novas características dos assistentes sociais está o enfrentamento das expressões sociais que influenciam o rendimento escolar e a permanência na escola. Diante disso, o profissional passa a pensar ações junto à escola para evitar a evasão, o baixo rendimento escolar, os maus-tratos, depressão infantil e as demais expressões que afastam o estudante da escola (AMARO, 1997, p. 53).

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, 2001, p. 10)

O assistente social tem a questão social como centralidade, e historicamente atua nas complexas manifestações desta. A questão social, que é o produto do

capital, traz a cidadania e exclusão como binômios, correlação de forças e transformação. Nesta nova perspectiva, com ações renovadas, passam a compor o repertório do Assistente Social na escola.

Entre as atividades desenvolvidas nesse sentido destaca-se: desenvolvimento de ações voltadas à gestão democrática da escola e a ampla capacitação sociopolítica da comunidade escolar e a mobilização da participação da família no processo de aprendizagem do aluno e na gestão da escola (AMARO, 1997, p. 53).

O Assistente Social, na política de educação, passa a trabalhar os instrumentos de reflexão crítica, reconhecendo as ideologias que perpassam a aprendizagem, num contexto que já visava formar indivíduos. Segundo Soares (2016, p.49), o ambiente escolar não é só mais um espaço educacional, mas um espaço para construir a consciência crítica e política, exercício da cidadania e democracia para contribuir na formação dos estudantes, não só para o mercado de trabalho, mas para o mundo, lutas de igualdade, garantindo direitos.

[...] o alicerce da ação profissional na escola contemporânea é, e será sempre, a do cidadão. O serviço social se caracteriza como uma área que trabalha interdisciplinaridade, guiado pelo diálogo do saber profissional com o de outras áreas e grupos, pelas novas exigências e desafios colocados à profissão no cenário contemporâneo pelas transformações societárias ocorridas em nível macro no país e na esfera da educacional, e por uma constante aproximação e parceria com instituições que se dedicam a defender a cidadania e os direitos humanos e sociais, seja na família, na escola, na comunidade, ou na sociedade (AMARO, 2011, p 104).

Essa perspectiva traz aptidão do assistente social de efetuar a leitura crítica da realidade e facilitar a transformação social, promovendo ações para despertar a consciência crítica dos estudantes e da comunidade escolar, sempre visando a cidadania e emancipação do sujeito.

Em contrapartida, vemos um crescimento nos investimentos nas instituições privadas refletindo uma política voltada aos interesses das classes dominantes, tendo a educação como mercadoria. O processo de privatização intensificou-se a partir da década de 1990 e a política de educação também sofre a privatização. O banco mundial lançou em 2017 uma série de orientações para ajustes dos gastos públicos no Brasil, o ajuste justo: análise de eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Ele orienta, entre outras coisas, os cortes em educação, assistência, saúde que deve culminar num desmonte dos serviços e dos direitos e que afeta

diretamente a classe trabalhadora. É o chamado estado mínimo que vem a serviço do capitalismo.

Uma opção para aumentar os recursos das universidades federais sem sobrecarregar o orçamento seria a introdução de tarifas escolares. Isso é justificável, pois o ensino superior oferece altos retornos individuais aos estudantes e, com base em dados atuais, o acesso privilegia fortemente estudantes de famílias mais ricas. Paralelamente, é necessário facilitar o acesso a mecanismos de financiamento para estudantes que não possam pagar as mensalidades. Felizmente, o Brasil já possui o programa FIES, que oferece empréstimos estudantis para viabilizar o acesso a universidades privadas. O mesmo sistema deveria ser expandido para financiar o acesso a universidades federais. A ampliação do FIES para incluir universidades federais poderia ser combinada ao fornecimento de bolsas de estudos gratuitas para os estudantes dos 40% mais pobres da população, por meio do programa PROUNI. Juntas, essas medidas melhorariam a equidade do sistema e gerariam uma economia para o orçamento federal de aproximadamente 0,5% do PIB (BANCO MUNDIAL, 2017, p.138).

Destaca-se nesse relatório do Banco Mundial o apontamento das Universidades Federais como ineficientes e para a cobrança de valores visando a mercantilização da educação, justificando a cobrança como justiça social, sem levar em consideração outros indicadores sociais.

É importante destacar a educação privatizada a serviço do capital formando mão de obra e sem entregar a educação voltada para a cidadania e emancipação que o serviço social tem como projeto ético-político. A oferta da educação superior enquanto serviço comercial por empresas proporcionou altas taxas de lucro e uma tomada do setor, captando uma parcela expressiva do setor privado, principalmente dos cursos EAD voltados para aquele trabalhador que não tem tempo para um curso presencial devido ao próprio capitalismo. Esse tipo de investimento ao mesmo tempo traz o acesso à educação e alimenta o mercado da educação.

Para Meszarios (2008, p.15), a educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes.

A ideia do neoliberalismo é transformar política pública em mercadoria, como, por exemplo, a saúde e a educação com discurso de novas oportunidades para a sociedade. A proposta privatista é rentável, vide a quantidade de faculdades que cresceu exponencialmente, inclusive via EAD, perdendo o seu caráter de direito universal a uma educação gratuita e de qualidade.

2.2 QUESTÃO SOCIAL, O PERFIL DOS ESTUDANTES E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

A partir da industrialização e a expansão do sistema capitalista evidenciam as desigualdades sociais que são as expressões da questão social que se reproduzem no ambiente escolar e fora dele, e que ocasionam os movimentos de expulsão e inclusão que influenciam diretamente no processo de ensino aprendido, desempenho, evasão e permanência.

Alunos e alunas envolvidos com comercialização local de drogas ilícitas a varejo, assim como o seu consumo; famílias pobres que utilizam como o principal meio de garantir algumas refeições diárias aos seus filhos e/ou repasse de benefício financeiro de programas de transferência de renda condicionados à frequência escolar; violência e suas variadas expressões que ocorrem intramuros escolares (práticas sofridas de formas diversas por todos os segmentos que compõe a escola) e a violência extramuros que invade e limita o trabalho na escola precisam ser analisadas sob um prisma que garanta a articulação desses fenômenos sociais com o contexto no qual se insere a temática e, destarte, interpretados como elementos condicionantes das relações que se estabelecem no interior dos processos educacionais, e não como algo externo e estranho ao campo da educação nos dias de hoje, além de comumente ausentes das discussões e reflexões travadas dentro e fora das salas de aula (MOREIRA, 2013, p.150).

Essas expressões não são externas aos estudantes no ambiente escolar e o aproveitamento não se dá com qualidade do ensino, demandando do assistente social ações para dirimir essas condições para proporcionar a eles condições dignas de estudo. É de fundamental importância compreender a relação entre as questões que surgem no contexto escolar com a vida em sociedade, materializada pelas relações familiares e comunitárias dos alunos, reconhecendo as expressões da questão social.

O que garantiu o espaço sócio-ocupacional do Serviço Social ao longo dos tempos foram as necessidades sociais que demandavam intervenção, expressões da Questão Social. Esta se perpetua no sistema capitalista de produção como consequência das relações produtivas e humanas. Os reflexos de uma razão instrumental mediante avanços e retrocessos ainda marcam presença. As demandas de intervenção foram institucionalizadas nas respostas das políticas sociais, que por meio de programas, projetos e serviços atingem a sociedade com a intenção de responder imediatamente às necessidades cotidianas para manutenção da vida no sistema político-econômico vigente (LANÇA, 2017, p.77).

A partir da experiência no estágio obrigatório curricular no Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Sul – *Campus Alvorada* junto à assistência estudantil, essa autora pode conhecer o perfil e demanda dos estudantes e as suas mais variadas expressões da questão social, enquanto matéria de trabalho do assistente social. A partir de um questionário aplicado aos alunos do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), que tem como público-alvo jovens e adultos que não tiveram oportunidade de cursar o ensino fundamental e/ou ensino médio na idade regulamentar e que ao mesmo tempo buscam uma profissão. Esse instrumento contribuiu para auxiliar a conhecer melhor os estudantes e suas características, ajudando o Assistente Social a elaborar ações para o enfrentamento das expressões da questão social.

O PROEJA tem a pretensão de articular conhecimentos da educação básica e o mundo do trabalho e tem o objetivo de formar estudantes críticos e contribuir para emancipação dos estudantes.

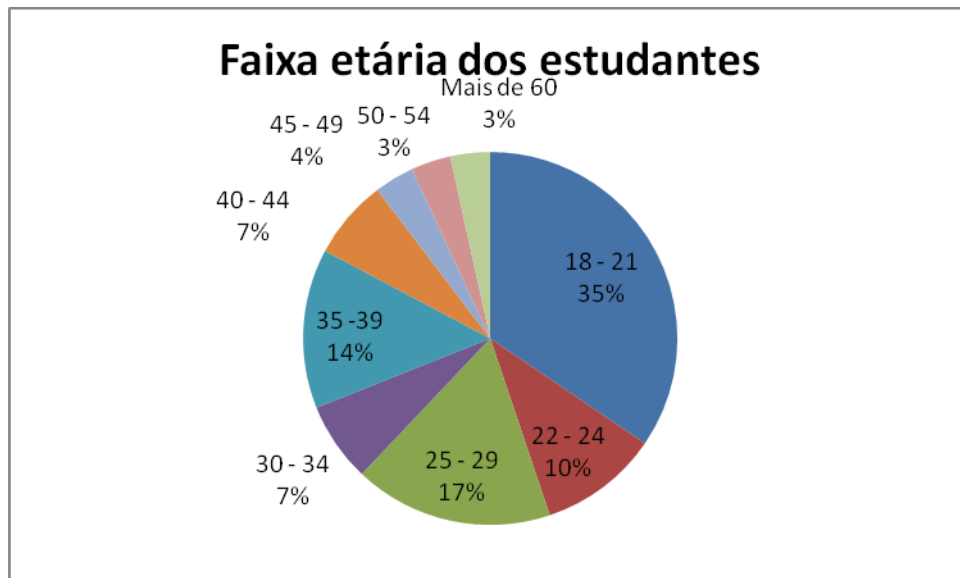
Conhecer o perfil do estudante, principalmente no caso do PROEJA, é fundamental para que a equipe multidisciplinar possa ver a realidade do estudante e atuar na busca de acolhimento, trabalhando em cima dos conhecimentos já existentes, sempre visando à inclusão do estudante trabalhador e evitando a evasão escolar. O PROEJA tem como objetivo uma integral educação qualificada ao estudante trabalhador, promovendo sujeitos críticos e emancipados.

Estudantes trabalhadores são um diferencial dessa modalidade de ensino, normalmente advindos da periferia, que lutam para sobreviver, que na maioria das vezes quando jovem precisaram abandonar os estudos para trabalhar e, após, retornar a estudar em busca de qualificação para uma melhor colocação no mundo do trabalho.

[...] marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente (BRASIL, 2007, p.11).

Quanto ao perfil dos estudantes do PROEJA, conforme acima mencionado, pode-se observar no gráfico 1 sobre a faixa etária dos estudantes dessa modalidade. Podemos destacar a porcentagem de jovens num curso de EJA (Educação de Jovens e Adultos), ou seja, jovens e adultos, que há um tempo tinham como público predominante adultos e idosos que não tiveram a oportunidade de estudar quando jovens, pois precisavam trabalhar. Atualmente, a quantidade de alunos mais jovens tem aumentado, pois cada vez mais os jovens abandonam a escola e não concluem se quer o ensino fundamental, pois precisam ajudar em casa ou pelas inúmeras expressões da questão social que se apresentam no ambiente escolar, como drogas, gravidez na adolescência, etc.

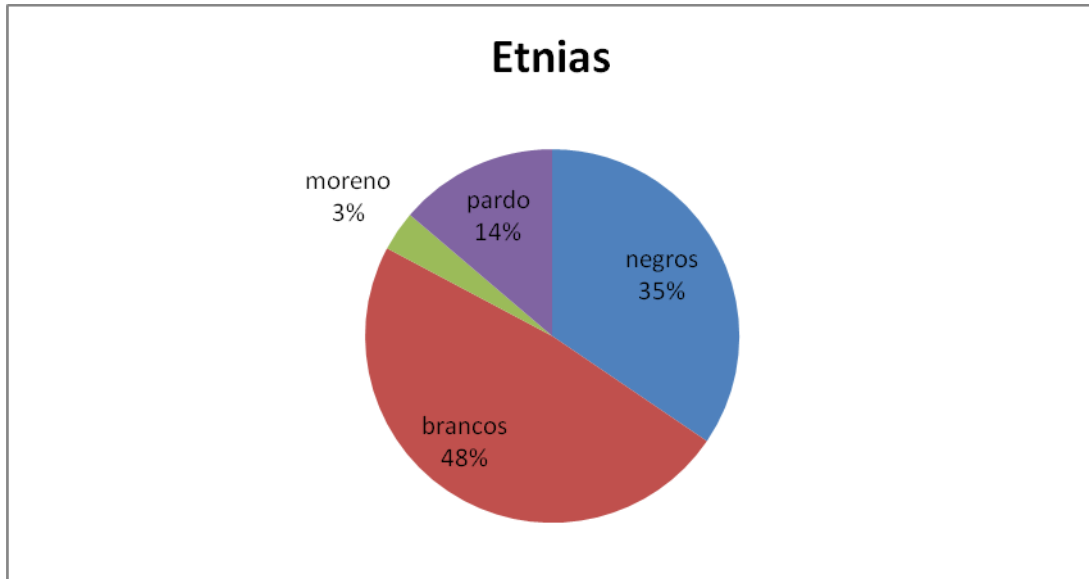
Gráfico 1- Faixa Etária Estudantes PROEJA – IFRS/Campus Alvorada



Fonte: Relatório final de estágio curricular obrigatório em Serviço Social (Sena, 2017)

Quanto ao recorte de etnias, gráfico 2, é possível apontar que a maioria dos estudantes autodeclara-se branca ou parda, mas mesmo assim a porcentagem de inserção de negros vem aumentando. Nesse aspecto, é preciso considerar que se trata de autodeclaração, o que nos leva a crer que a porcentagem deve aumentar, pois sabemos que nem todas as pessoas de cor preta autodeclararam-se devido ao preconceito.

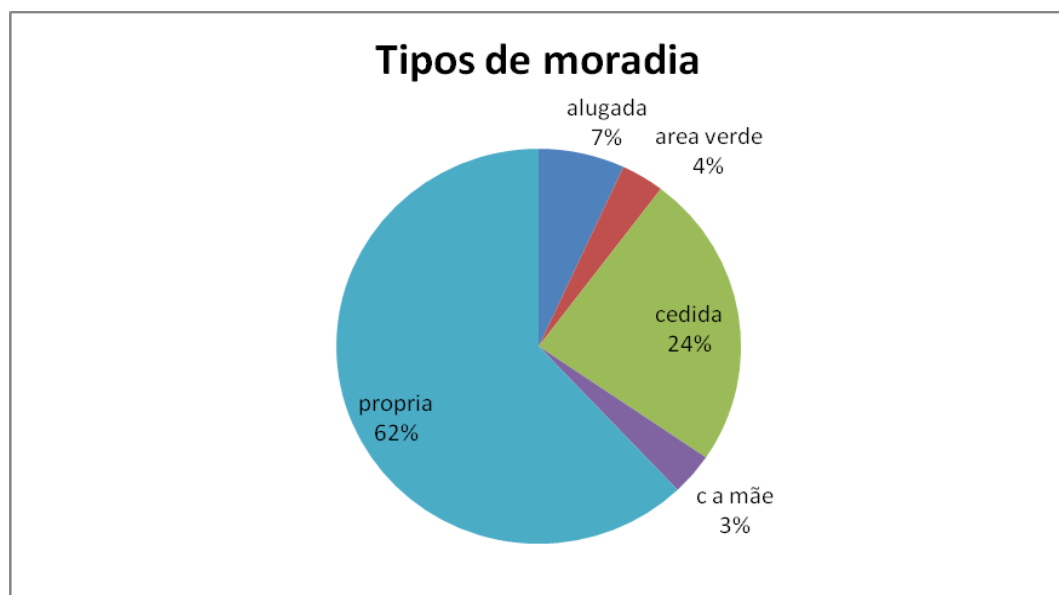
Gráfico 2 - Etnias Estudantes PROEJA - IFRS/Campus Alvorada



Fonte: Relatório final de estágio curricular obrigatório em Serviço Social (Sena, 2017)

Abaixo um gráfico 3 sobre as condições de moradia, os tipos de residência dos estudantes. Podemos observar que a maioria possui casa própria, conquistadas via o programa governamental “minha casa minha vida”. Porém, uma parcela relevante (24%) mora em locais cedidos, ou seja, tem a moradia provisória cedida por terceiros, mostrando uma das expressões da questão social e que está diretamente ligada à evasão escolar.

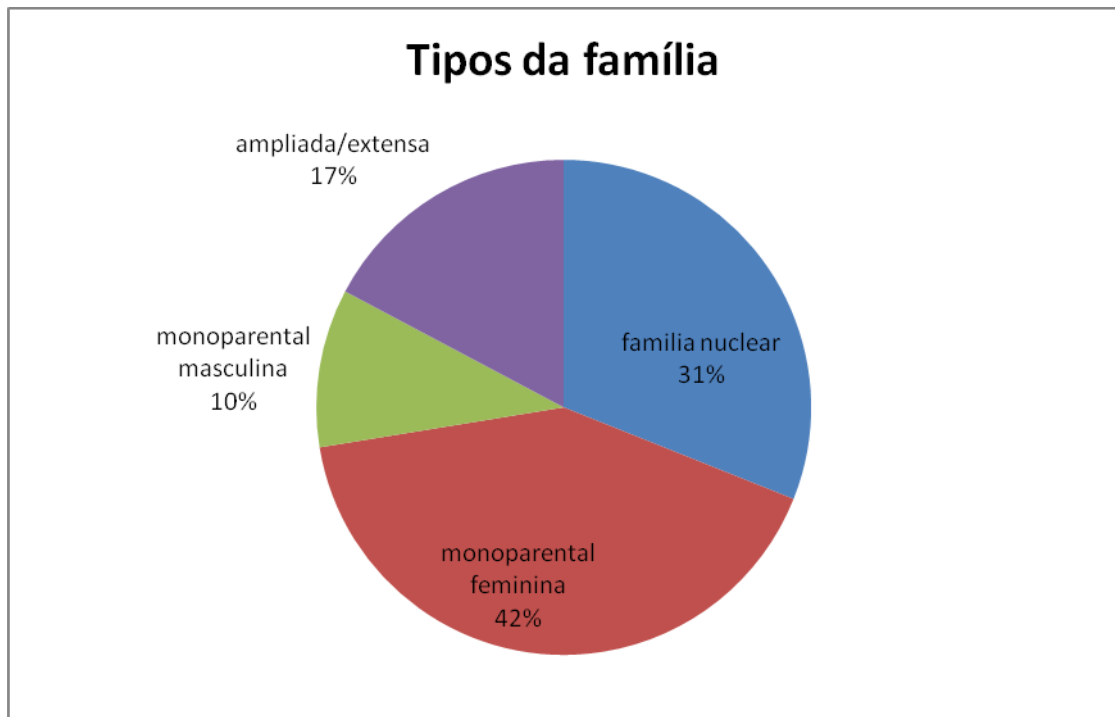
Gráfico 3 – Tipos de Moradia Estudantes PROEJA - IFRS/Campus Alvorada



Fonte: Relatório final de estágio curricular obrigatório em Serviço Social (Sena, 2017)

O gráfico 4 mostra as composições das famílias dos estudantes, apresentando uma mudança na composição dessas famílias. Como podemos perceber, numa nova realidade, as famílias nucleares (tradicionais) perdem espaço para as famílias monoparentais femininas em que as mulheres são responsáveis pelo sustento da família. É destaque também a porcentagem da família extensa e ampliada, também chamada mosaico, pois são famílias que se juntam e agregam pessoas; juntam os filhos teus com os filhos meus formando uma nova família. Já a porcentagem das famílias monoparentais masculina é baixa, reforçando o cenário atual em que aponta a responsabilização das mulheres como responsáveis pela família.

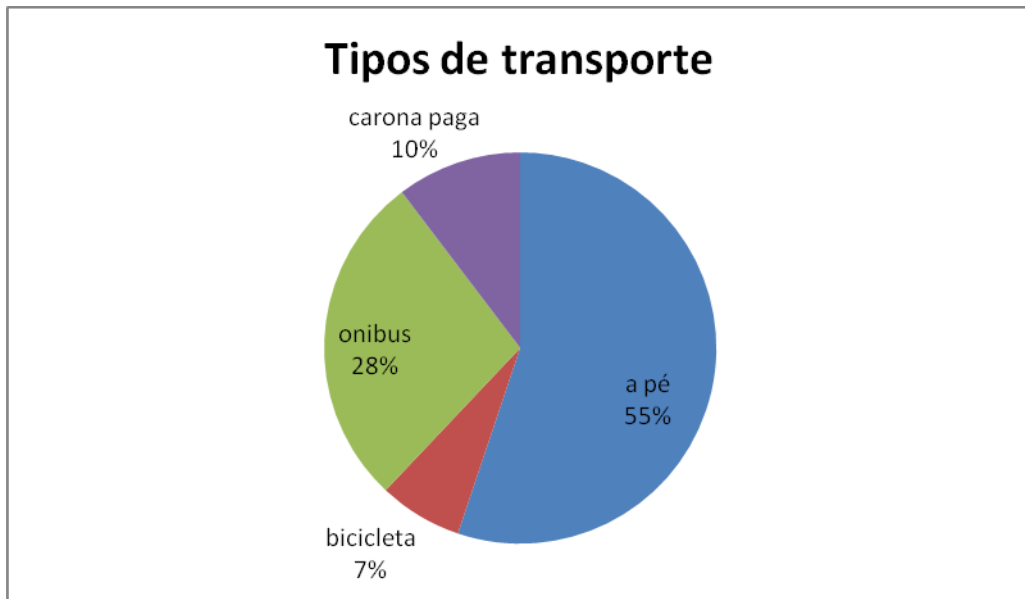
Gráfico 4 – Composição familiar Estudantes PROEJA - IFRS/Campus Alvorada



Fonte: Relatório final de estágio curricular obrigatório em Serviço Social (Sena, 2017)

A questão do transporte é fundamental, pois a precarização e a falta do transporte público é fator direto para a evasão escolar nas periferias e de lugares de difícil acesso. No gráfico 5, destaca-se a grande porcentagem de estudantes que se deslocam a pé, que entre outros motivos estão as condições financeiras para pagar o transporte ou pelo perfil dos estudantes que residem próximos ao campus e podem ir a pé, mostrando o alcance do instituto na comunidade.

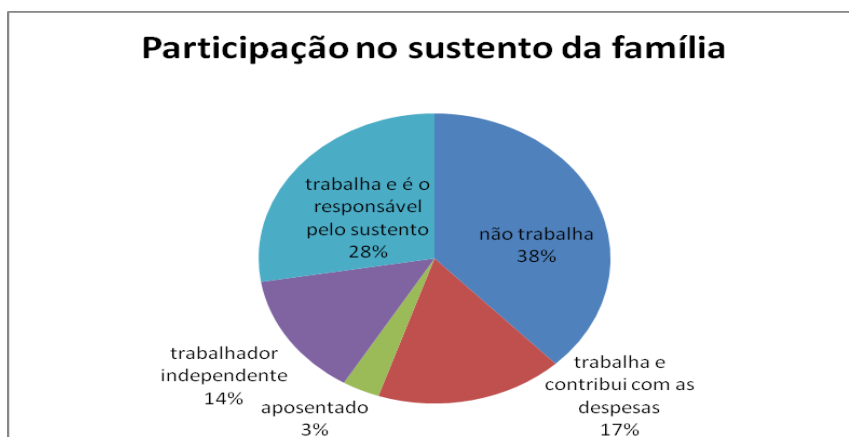
Gráfico 5 – Tipo de transporte utilizado pelos Estudantes
PROEJA - IFRS/Campus Alvorada



Fonte: Relatório final de estágio curricular obrigatório em Serviço Social (Sena, 2017)

O próximo gráfico 6 apresenta-nos uma das variáveis mais importantes e fundamentais para a permanência do estudante na escola, e conclusão de curso, pois é a falta de emprego que leva o estudante de volta à escola e, estando matriculado, é a falta dele que não o deixa permanecer. O gráfico apresenta que 38% dos estudantes estão sem colocação, 14% trabalha independente, ou seja, sem carteira assinada, e apenas 28% do todo trabalham e são diretamente responsáveis pelo sustento da família.

Gráfico 6 – Participação dos Estudantes PROEJA - IFRS/Campus Alvorada no sustento da família



Fonte: Relatório final de estágio curricular obrigatório em Serviço Social (SENA, 2017)

Diante dessa pequena amostra do perfil de estudantes, que estão incluídos em uma instituição pública e de periferia que apresentam diferentes expressões da questão social, é campo fundamental para atuação do assistente social criar condições para a prática da cidadania para inclusão social das crianças, adolescentes, adultos e comunidade escolar. No caso específico do PROEJA, é fundamental também trabalhar a autoestima, os saberes individuais e compreender o ritmo e o vivido de cada um dos estudantes.

O PROEJA é uma política de inclusão, e é preciso vir acompanhada de novas formas de tratar os sujeitos, mediar e potencializar as condições para que os estudantes não desistam. É necessário pensar o fazer profissional.

O fortalecimento de laços comunitários e da identidade social coletiva; A valorização e fortalecimento do saber popular, a partir da demonstração de seu domínio cultural, social, criativo e estratégico; A circulação de informações, tanto culturais como sociais, entre os diferentes segmentos e entidades da comunidade; A vivência participativa, pelo compartilhamento de experiências, percepções e interesses oportunizados; O protagonismo ativo voltado a sua autopromoção e autonomização mediante a participação no projeto; O exercício da cidadania em sua plenitude, a partir do momento em que a pessoa aceita o convite para observar criticamente sua situação social, prospecta alternativas a sua superação e se reapropria de sua capacidade crítica, planificadora e auto-gestionária (AMARO, 2011, p. 108-109).

É fundamental o trabalho com a comunidade, analisando o território, as suas características no sentido da totalidade, visando o trabalho com a comunidade escolar e no seu ritmo e com os seus saberes. É fundamental trabalhar respeitando aos valores e especificidades culturais de todos os segmentos da comunidade escolar. Diante desses princípios, cabe ao assistente social trabalhar com o respeito aos saberes, pois, conforme Freire (1987, p.68), não há saber mais ou menos, mas diferente (FREIRE, 1987, p.68).

Amaro (2011, p. 108) traz que é trabalho do assistente social criar ações para despertar o senso crítico, incentivar a mudança da realidade, desenvolvendo estratégias de sobrevivência, potencializando o humano que está imerso na pobreza, corrupção, etc, visando um novo ser social. Segundo o autor (2011, p. 105), o saber e o ritmo de cada indivíduo devem ser respeitados, potencializando a cultura e este saber e, ainda, mobilizando com vistas na transformação do cidadão, assim como recriar relações de protagonismo na escola e na comunidade, trabalhar

a emancipação e autonomia com análise crítica, buscando transformação. Sempre respeitando os valores, padrões e especificidades da comunidade.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engaja na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando assim sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (FREIRE, 2017, p. 72).

A questão social, objeto de ação do assistente social, requer desse profissional ações qualificadas estimulando os indivíduos para em conjunto enfrentar essas questões, ações essas que evidenciam a cidadania nos âmbitos individual e coletivo. Diante disso, a mediação do assistente social é fundamental para trabalhar o tripé da relação aluno, família e comunidade, através do seu aparato teórico metodológico e ético-político, conhecendo a realidade dos sujeitos envolvidos e suas vulnerabilidades para a construção de ações como mecanismo de transformação social de forma democrática.

Trabalhar esse tripé é primordial na conjuntura da educação, principalmente na pública, para a construção de ações que aproximem a família, a comunidade e a escola. Compreender os motivos que os afastam da escola normalmente são as expressões da questão social e pensar soluções em conjunto, despertando na família o sentimento de pertencer ao espaço escolar, gerando, com isso, um melhor desempenho no processo de aprendizagem do aluno.

Em tempos de avanço das políticas neoliberais e da “escola sem partido” (Wikipédia), o **Programa Escola sem Partido**, ou apenas **Escola sem Partido**, é um movimento político criado em 2004 no Brasil. O Deputado Federal Erivelton Santana é o autor do projeto de Lei 7180/2014 divulgado em todo o país pelo advogado Miguel Nagib. Ele e os defensores do movimento afirmam representar pais e estudantes contrários ao que chamam de “doutrinação ideológica” nas escolas. Ganhou notoriedade em 2015 desde que projetos de lei inspirados no movimento começaram a ser apresentados e debatidos em inúmeras câmaras municipais e assembleias legislativas pelo país, bem como no Congresso Nacional. O espaço do assistente social na educação é de imensurável importância, assim como o olhar atento do assistente social para questões que impedem ou entrem o acesso à educação.

A política educacional aparece no cenário das preocupações profissionais hoje de uma forma diferenciada da que tínhamos há alguns anos. Não se trata mais de uma aproximação saudosista quanto a um campo de atuação profissional que minguou com o tempo, mas de um interesse ancorado na leitura do papel estratégico que esta política desempenha do ponto de vista econômico, cultural e social (ALMEIDA, 2004, p. 03).

Nesse sentido, o papel do assistente social na política de educação mostra-se fundamental colocando em prática o que estabelece o projeto ético-político da profissão, trabalhando as questões educacionais sempre visando o senso crítico, a emancipação do sujeito, sua liberdade, garantia do direito à educação abordando as expressões da questão social que excluem os estudantes dessa política.

Para Amaro (2011), a escola como aparelho ideológico serve como reprodução social, mas o serviço social adiciona a criticidade vindo no ambiente escolar não só mais um espaço educacional, mas um espaço para plantar a semente da consciência crítica e política, exercício da cidadania e democracia para contribuir na formação dos estudantes, não só para o mercado de trabalho, mas para o mundo, lutas de igualdade, garantindo direitos.

Diante da atual conjuntura neoliberal, essa política é fundamental para o desenvolvimento da capacidade intelectual do ser humano, compreendendo o que envolve a efetivação dos direitos educacionais e os entraves na oferta do ensino público, gratuito e de qualidade.

O cenário é de precarização de recursos humanos e materiais, de uma política neoliberal de redução de verbas que afeta as condições de trabalho, dos professores e de todos os trabalhadores da instituição, aumentando os índices de evasão escolar e baixo rendimento dos estudantes, etc.

A política de educação materializa um evidente aumento das expressões da questão social e que vem demandando cada vez mais a presença e atuação do assistente social nessa política, que no ensino fundamental e básico não está como lei como no ensino superior, mas que já faz parte do trabalho do assistente social indiretamente via trabalho interdisciplinar. É de suma importância refletir sobre os limites e possibilidades da realização do trabalho do assistente social na política de educação.

A partir das conquistas da constituição de 1988 e demais direitos, o assistente social foi chamado para atuar na emergência das demandas exigindo diante uma qualificação profissional e o aperfeiçoamento teórico-metodológico e qualificação

técnica. Entende-se ainda que as relações sociais vão mudando e o assistente social tende a acompanhar e se qualificar para atender às demandas.

Amaro (2011) traz que o trabalho do assistente social está na criação de ações na construção de cidadania dos segmentos marginalizados e que está entre as suas competências: planejar, propor, elaborar, coordenar e executar ações, projetos e programas sociais, na ampla realidade social e institucional. Essa perspectiva exige um profissional comprometido com o projeto ético-político da profissão e com as suas competências, o Código de ética do assistente social de 1993 e na lei 8662 que regulamenta a profissão que no seu artigo 4º diz:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CFESS, 1993, p. 42).

Diante disso, faz parte do trabalho do assistente social criar estratégias para tornar os vulneráveis cidadãos, sempre pensando em potencializar o ser humano e construir uma sociedade mais justa e visando a cidadania.

2.3 SUBSÍDIOS E BASES PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

O trabalho do assistente social é realizado com base no código de ética da profissão, as diretrizes e bases e na lei de regulamentação da profissão, eles dão rumo ao projeto ético-político profissional. Seja na política de educação seja nas demais políticas, esses marcos legais dão orientação ao fazer profissional e

determinam as atribuições e competência desse profissional, seus princípios e deveres que devem ser respeitados para obtermos uma hegemonia no trabalho a ser desempenhado.

Para o trabalho do Assistente social na política de educação foi criado em 2011, pelo Grupo de trabalho de educação do CFESS/CRESS, diante de uma demanda crescente e a expansão da inserção do assistente social nessa política, um documento com Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Este tem como objetivo:

[...] contribuir para que a atuação profissional na Política de Educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que, enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de socializabilidade humanizadoras. O intuito maior é comunicar a categoria profissional com elementos constituídos a partir de uma concepção de educação coerente com o nosso projeto ético-político profissional, que, por sua vez, reconheça as particularidades da atuação do/a assistente social na referida política pública e, diante do contexto político e ideológico de ofensivas capitalistas, contribua para a intensificação da luta pela educação como direito social, como prática emancipatória, e para a consolidação do Serviço Social na educação (CFESS, 2012, p. 7).

Com a construção do projeto ético-político do Serviço Social, as ações do Assistente Social tomaram outra direção. A partir de então foram criados vários marcos legais para ampliar a possibilidade de contar com as legislações como as diretrizes, o código de ética e aos poucos foram se construindo subsídios para auxiliar na condução dos trabalhos. Destaca-se que na Política de Educação:

Não se trata de uma tarefa que traga resultados imediatos e que atenuem as tensões, conflitos e inquietações que consomem cotidiano profissional de milhares de assistentes sociais, mas significa a afirmação de uma clara direção política, a articulação de um conjunto de referências teóricas que subsidiem a atuação profissional na Política de Educação, contribuindo para desvelar suas particularidades a partir de uma concepção de educação que esteja sintonizada ao projeto ético-político do serviço social e que, por isso, não pode ser tomada de forma abstrata, vazia de significado político e desvinculada da perspectiva da classe trabalhadora (CFESS, 2012, p. 22).

O subsídio para o trabalho profissional apoia o assistente social no enfrentamento dos ataques e determinações da política neoliberal, do capitalismo que transforma educação em mercadoria e a serviço do capital.

Para tanto, exige-se do/a profissional de serviço social uma competência teórica e política que se traduza em estratégias e procedimentos de ação em diferentes níveis (individual e coletivo), capaz de desvelar as contradições que determinam a Política de Educação. Assim como ultrapassar os limites conceituais e ideológicos em torno de expressões como “educação para a cidadania”, “educação inclusiva” e “democratização da educação”, que sugerem a ideia de “compromisso social”, mas sem as condições objetivas de sua realização, na medida em que não situa concretamente o componente de classe ao qual elas se vinculam. Exigências que resultam na ampliação do leque de ações profissionais para além das solicitações institucionais de realização de estudos socioeconômicos (CFESS, 2012, p.41).

O subsídio para atuação do Assistente Social na educação traz que a ampliação do campo dos direitos sociais, como forma de compreender a cidadania em seu sentido mais classista e menos abstrato, tem no reconhecimento da Política de Educação um direito social a ser universalizado num dos momentos deste processo de mobilização e luta social, mas como meio e não como finalidade de realização de uma nova ordem social.

Participar do estabelecimento desses consensos está na raiz contraditória de constituição do serviço social na sociedade de classes, visto que depende das condições institucionalizadas pelas políticas sociais para exercer sua atividade laborativa. Contudo, compreender o alcance das estratégias educacionais empreendidas sob a hegemonia do capital financeiro e reorientar a direção política de sua atuação é um desafio que a profissão tem condições teóricas e políticas de forjar. A educação emancipadora não se realizará sob essas condições institucionais presentes na Política de Educação, cuja função central é de mediar os processos de reprodução da sociedade do capital, ainda que muitas sejam as referências produzidas em diferentes campos profissionais sobre as possibilidades de uma educação “crítica” ou “cidadã” nos marcos da atual política educacional. (CFESS, 2012, p. 21)

A política de educação tem sofrido golpes. Foram aprovados recentemente cortes no orçamento e em alguns estados o parcelamento de salários do educador é prática comum, além do aumento da educação privada e a distancia a serviço do capital, sem qualidade, apenas com o intuito de suprir as demandas do mercado.

(...) ao mesmo tempo, compromisso e desafio para a categoria dar materialidade às suas competências e atribuições profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, buscando concretizar direitos previstos nas políticas sociais, bem como lutar pela consolidação e ampliação destes direitos. Assim, poderemos não ser apenas identificados/as como “executores/as terminais” das políticas públicas ou “solucionadores/as” das expressões da questão social, como em experiências de assistentes sociais na educação, particularmente nas escolas, com responsabilidade atribuída para “soluções” da evasão escolar, inúmeras expressões da violência, discriminações etc, muito embora estes

fenômenos sejam objeto da atuação profissional cotidiana e que exigem a análise crítica das raízes que os conformam (CFESS, 2012, p. 28).

Vale lembrar que competências “expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais” e atribuições referem-se “às funções privativas do/a assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas” (IAMAMOTO, 2002, p. 16).

Para além dos subsídios, os marcos legais são os instrumentos que norteiam a execução das Políticas Públicas de Assistência Social, possibilitando o trabalho de toda equipe tendo parâmetros para planejamento, execução e a implantação dos programas e serviços.

O trabalho do assistente social na Política educacional exige conhecimento dos marcos regulatórios legais para além de suas características de articulação e de ações críticas, pois, para efetivações dos direitos, é preciso o conhecimento deles para que se tenha o respaldo. E, devido ao seu perfil que visa à garantia de direitos, é preciso estar “armado” de conhecimento e subsídios.

Podemos nomear os seguintes marcos na cartilha que deve estar presente no trabalho do assistente social: Constituição 1988, LOAS - (1993) – Lei Orgânica de Assistência Social, PNAS (2004) - Políticas Públicas de A.S e Legitimação, Norma Operacional Básica – NOB 2005, Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas – NOB-RH\SUAS, SUAS -Implantado a partir de 2005.

O trabalho profissional na educação edifica-se tendo em conta: 1) as normativas profissionais que fundamentam, regulam e norteiam sua identidade, especificidade e ação profissional na contemporaneidade, sendo pilares: a lei de regulação da profissão, o código de ética profissional e projeto ético-político da categoria. 2) a base legal da política educacional (a LDB de 1996, o PDE); 3) os direitos humanos e sociais constantes na legislação brasileira e outras normativas, formuladas a partir da Constituição brasileira de 1988, tais como o Eca, o Estatuto da Igualdade Racial, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Programa de Ações Afirmativas, o Programa Brasil sem Homofobia, o programa Bolsa Família e o programa Frequência Escolar, entre outros (AMARO, 2011, p.103).

As leis e diretrizes sinalizam as ações da profissão, dando ênfase à defesa intransigente da cidadania e da formação do cidadão. O marco legal alicerça a ação profissional na escola e na educação do cidadão com a criação potencializadora e emancipatória dos sujeitos nas diferentes instâncias.

[...] compreender que o Serviço Social, diante de sua capacidade intelecto-reflexiva possui condições de atuar nas demandas mediatas do contexto escolar e com isso identificar formas de intervir em suas expressões emergentes, sob um envolvimento dialético no processo de construção do conhecimento dessa mesma realidade, bem como identificar possíveis caminhos para superação das mesmas, o que se faz de forma coletiva, multidisciplinar, interdisciplinarmente junto aos demais profissionais que compõem o corpo escolar e seu público alvo: alunos/educandos, famílias/comunidade (LANÇA, 2017, p.78).

A conjuntura atual exige uma intervenção de qualidade, a problematização e a compreensão do trabalho do assistente social, suas dificuldades e potencialidades, bem como suas especificidades, prerrogativas e responsabilidades na intervenção para atender às demandas sempre visando cidadania, emancipação e garantia de direitos.

Os princípios do código de ética devem ser um dos pilares para o trabalho do assistente social e nos respaldar profissionalmente.

Ao tratar-se de uma legislação (Resolução CFESS 273, de 13 de março de 1993) o Código de ética profissional determina a conduta esperada dos profissionais do Serviço Social no exercício de sua função. O documento tem como função precípua normatizar e disciplinar o exercício profissional, dos Assistentes Sociais. O disciplinamento previsto, no entanto, não se dá de maneira aleatória, mas fundamentada por uma teoria e partir dos princípios e valores sobre os quais a categoria profissional estabelece sua ética profissional. Neste sentido apresentamos a seguir o esforço de analisar cada princípio dos códigos de ética profissional de 1986 e 1993, com vistas a estabelecer uma comparação entre os dois documentos PEREIRA, p.3).

Considerando o trabalho do assistente social na perspectiva da efetivação de direitos, é necessário contribuir para o acesso aos direitos humanos, civis, sociais, políticos e culturais. Logo, considerando que o Assistente Social lida com violações de direitos nos mais diversos espaços de inserção profissional, faz-se fundamental que este tema seja objeto de reflexão pela categoria.

O código de ética é uma das expressões do Projeto Ético-político do Serviço Social e como tal contém a projeção não só de um projeto profissional, mas de um projeto de sociedade. Assim, apresenta a necessidade de estabelecer alianças com outras categorias que tenham o mesmo fim, pois a construção de outro modelo de sociedade só é possível coletivamente.

No trabalho diário do assistente social o mesmo atende à demanda de diferentes segmentos sociais, como mulheres, homossexuais, negros, idosos; todos vítimas de preconceito e de agressões diversas, exigindo do assistente social

qualificação para intervenção sempre visando a igualdade de direitos e a justiça social, preconizando os princípios do código de ética.

Considerando que o Brasil vinha em um processo de redemocratização com o final do Governo Militar, em 1988 foi publicada a nova Constituição Brasileira e é nela que estão os direitos básicos dos indivíduos. Sobre a educação, ela traz no artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação como direito de todos deve ser utilizada pelo assistente social para inclusão e para prática educativa, para efetivação da cidadania, reforçando o trabalho com os estudantes, família e comunidade. O alcance da educação como direito de todos é imensurável. Mesmo que tenhamos muito a avançar, o direito a educação na carta máxima são importantes como direito de todos e exigência que o estado deve dar conta.

Ao longo do tempo, outras demandas foram surgindo e com muita luta dos movimentos sociais foram ampliando e dando voz para criar outras legislações para proteger os indivíduos com maior vulnerabilidade, como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Estatuto da igualdade racial, Estatuto do idoso, Lei Maria da Penha, pois a Constituição não previa a proteção específica para essa parcela da sociedade que precisa de atenção especial e que auxilia e respalda o trabalho do assistente social.

Considerando que o trabalho do assistente social junto às crianças e adolescentes é atuar para a garantia do direito à educação, o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente traz em seu artigo 53 a garantia ao direito e à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, auxiliando no embasamento do trabalho do assistente social quando assegura igualdade de condições no acesso e a permanência na escola. O ECA, em seu artigo 54, entre outras coisas, coloca que é dever do estado assegurar que a criança e o adolescente tenham ensino obrigatório e gratuito, inclusive os que não o fizeram na idade correta seja no ensino fundamental, seja no ensino médio.

Estamos em um país extremamente desigual e as crianças e adolescentes inseridos em famílias de baixa renda abandonam a escola para trabalhar cedo demais para auxiliar na renda da família e são subtraídas da sua infância, dos seus direitos à educação e de uma vida com dignidade.

O ECA é uma conquista da sociedade trazendo direitos às crianças e adolescentes e proteção, principalmente para quem vive em meio às vulnerabilidades sociais visando direitos, deveres e proteção. O ECA, como ferramenta utilizada pelo assistente social na educação, auxilia ao respaldo valer o direito à educação para essa fatia da sociedade. E impõe que o estado trate como prioridade absoluta as crianças e adolescentes no intuito de dar conta das necessidades.

Ainda diante das questões que surgem no ambiente escolar como abuso sexual, trabalho infantil, maus-tratos, uso de drogas, o ECA vem para auxiliar nas lutas por direitos garantidos pelo estatuto num ambiente escolar de qualidade para que o estudante desenvolva-se psicologicamente e fisicamente e auxilia como ferramenta para o trabalho do Assistente social no que preconiza esse estatuto.

No que diz respeito ao preconceito racial, é muito forte em nossa sociedade, embora a escravidão já tenha acabado há mais de 100 anos. Desde a abolição os negros foram deixados à margem, sem direitos nem oportunidades; as vulnerabilidades permanecem. Diante das estatísticas, é possível afirmar que os negros têm menos acesso às políticas públicas, em especial a aqui abordada, que é a política de educação; o estatuto da desigualdade racial fruto da mobilização dos negros em busca de acesso às políticas e equidade.

A proposta de construção de um Estatuto da Igualdade Racial foi originalmente oferecida pelo então deputado Paulo Paim, em junho de 2000. Apresentada como fruto do debate do movimento negro, a redação original do PL no 3.198/2000 reunia, em 36 artigos, propostas nas áreas da saúde, educação, trabalho, cultura, esporte, lazer, acesso à terra e à justiça.

No ensino fundamental e médio, o avanço foi quanto à história do povo negro. Trata-se de uma conquista importante para conhecimento e valorização da sua história e conquista para construção da cidadania, inclusive com alteração da LDB:

4. A Lei no 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, foi alterada pela Lei no 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira. Posteriormente, sofre outra alteração, por meio da Lei no 11.645/2008, que acrescenta o estudo da história e cultura indígenas.

O resultado dessas lutas também são as ações afirmativas, políticas públicas e lei das cotas que tem como meta amenizar as desigualdades e os danos causados aos negros ao longo da história. Com a lei de cotas e ações afirmativas, deu-se a entrada numerosa de estudantes negros e de escola pública nas universidades e nos cursos técnicos.

Mas somente a inclusão não é suficiente para que essa parcela da sociedade permaneça e conclua seu curso. Por isso em 2010 foi assinado o PNAES - Programa Nacional de assistência estudantil.

No livro “O Serviço Social na Educação”, elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social, o CFESS (2001), encontram-se dados estatísticos, os quais revelam que cerca de 36 milhões de pessoas vivem nas cidades abaixo da linha de pobreza absoluta, e que o nosso país ocupa o último lugar nos relatórios da ONU, o qual enfoca a questão social. Tudo isso, conseqüentemente, se reflete em uma quantia de aproximadamente 60% de alunos, que em determinadas regiões do Brasil, iniciam seus estudos e não chegam a concluir a 8ª série do ensino fundamental (CFESS, 2001, p.11).

Diante disso, a atuação da assistência estudantil é condição fundamental para criar ações no sentido de acolher os estudantes na permanência e conclusão da formação diante de todas as adversidades do caminho.

3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INTERSETORIALIDADE: DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

Esse capítulo pretende resgatar a discussão sobre a Política de educação, assistência estudantil e a interseorialidade como forma de gestão e opção diante do desafio do assistente social no enfrentamento das expressões da questão social nessa política para auxiliar a assistência e garantia do direito à educação.

3.1 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A política de educação faz parte das políticas públicas. Através dela e das suas legislações é que se materializa a política de educação e o direito à educação que, conforme determina a constituição federal, é um dever do estado. Segundo a Constituição Federal, no seu artigo 205, a educação é direito de todos e dever do estado e da família. É promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Segundo o Plano Nacional de Educação, com o surgimento da república também nasceram as primeiras ideias de criar um plano em que a educação fosse acessada por todo o país, pois era fundamental que não só os filhos das classes mais abastadas e os grandes fazendeiros tivessem acesso à educação. Com o passar dos tempos foi amadurecendo-se a percepção da necessidade de investimento em educação para a evolução também do país.

A política de educação já teve diversas formas, pois ela é normatizada pelo estado e, conseqüentemente, envolve também interesses políticos. E é para que o direito à educação cumpra-se e seja respeitado que foi implantada a política nacional de educação, que é constituída principalmente pela LDA - Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9394/96, que estabelece as principais regras a serem seguidas pelo sistema educacional e pelo Plano Nacional de educação.

A Lei de Diretrizes e Bases traz no seu segundo artigo que:

a educação é dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nas ideias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e

sua qualificação para o trabalho, reforçando que é necessário para além da preparação do educando para o trabalho, antes pensar na sua construção e no preparo para a cidadania (BRASIL).

O Plano Nacional de Educação em 1998 transformou o projeto de lei 4173 de 1998 em lei, e seus eixos norteadores foram principalmente a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996. De acordo com as recomendações da UNESCO e após consulta a várias entidades, tem como objetivos:

A elevação global do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, PNE, 2014, p. 7).

Atualmente, vemos uma educação voltada para o capital e para os acordos internacionais. Temos uma educação básica pública deficiente em que os alunos avançam sem as condições de ler e escrever, pois os recursos são cada vez menores, e a educação particular ganha espaço, preconizando uma educação de qualidade contrapondo à escola pública.

A política de educação pode conter várias intenções ideológicas às vezes clara outras nem tanto, dependendo do governo em que esta inserida. É uma política de disputa de poder e de manipulação política. A política de educação pode ter em seu processo pedagógico ações libertadoras e participativas visando à cidadania ou ainda ações voltadas apenas para formação para o mercado de trabalho sem proporcionar uma análise crítica que não estimula a participação da população.

A política de educação tem caráter libertador e emancipador, pois o objetivo dos que lutam contra uma sociedade mercantilizada é a emancipação para que os indivíduos conheçam a sua realidade e lutem por melhores condições. Ou seja, a educação deve ser utilizada como alavanca para a transformação dos indivíduos e da sociedade. O que, ideologicamente, se complementa com o projeto ético-político do Assistente Social que visa a cidadania e a emancipação do povo, lutando para que a educação não se transforme em mercadoria. (MÉSZAROS, 2008).

A educação deve ser compreendida como desenvolvimento humano voltada para a necessidade do ser humano e de sua intelectualidade e emancipação.

Porém, as relações de classe no mundo capitalista direcionam os caminhos da educação voltada para o capital e para o mercado de trabalho sem pensar na criticidade. O serviço social na política de educação busca lutar para que o direito à educação efetive-se, para que os indivíduos tenham consciência da importância da educação e conhecimento nas suas vidas e na construção do sujeito.

O aumento do número de alunos oriundos de escola pública e pelas cotas raciais na educação superior resgata uma dívida imensurável com essa população. De acordo com organismos internacionais, principalmente da UNESCO, foram criadas universidades e institutos federais de educação em todo o país necessários para garantir o acesso à parcela mais vulnerável da população.

Quando se está diante de uma juventude de classe baixa, a exemplo do perfil de alunos apresentado no segundo capítulo desse trabalho, em que os estudantes não possuem condições de transporte, de alimentação, de trabalho, de moradia, ou seja, faltam condições para se manter na universidade, é necessário instigar o perfil crítico, noções de direito e cidadania partir das pautas estudantis, criando movimentos sociais de luta para conquistar e criar políticas públicas para a manutenção desses alunos.

Segundo Barbosa (2009, p. 39), a relevância da Assistência Estudantil como o conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio tem o objetivo principal de criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior para melhorar a qualidade de vida e, conseqüentemente, seu desempenho acadêmico e de cidadãos.

O Plano nacional de Educação em seu artigo 34 dispõe que é preciso estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico. A assistência estudantil possibilita a superação das necessidades e auxilia no desempenho acadêmico, pois o estudante consegue dedicar-se aos estudos diminuindo a preocupação com a permanência e com a sobrevivência, em muitos casos, evitando a evasão.

A política de cotas foi criada em 2012 pela Lei nº 12.711, que determinou a implantação progressiva até o ano de 2016 da reserva de 50% das vagas para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em instituições públicas e vindos

de família com renda bruta mensal *per capita* superior ou igual/inferior a um salário mínimo e meio nacional, e/ou autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

A política de cotas compõe o que chamamos de Ações Afirmativas e tem como princípio reservar vagas nas instituições públicas de ensino superior para compreender as ações destinadas a grupos específicos que foram historicamente excluídos do acesso à educação e demais direitos e se faz necessário uma compensação para que a equidade aconteça.

No Brasil, os debates sobre as ações afirmativas começam na década 1980, quando iniciam as manifestações por parte do Movimento Negro para que se tivesse maior reconhecimento por parte da sociedade, demandando políticas públicas específicas para o combate à desigualdade.

O projeto de Lei n 3.627, em 2004, inseriu a questão racial/étnica na política de cotas, que versava sobre a reserva de cotas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas. Ele previa a destinação de, no mínimo, 50% das vagas nas IFES para estudantes egressos do ensino público.

A ONU - Organização das Nações Unidas tem o comprometimento de eliminar todas as formas de discriminação racial e aplicar as ações afirmativas para promover a igualdade e a inclusão de grupos étnicos que historicamente são excluídos e que precisam ser inseridos e ter seu desenvolvimento promovido e empoderado contra a discriminação.

É importante destacar que a maioria dos negros pertence até hoje às camadas mais pobres da sociedade, o que relaciona raça e classe e são os que mais sofrem com as questões de violência. Diante das desigualdades históricas, as ações para a inclusão, permanência e conclusão de curso são essenciais para amenizar as desigualdades e contribuir para essa reparação histórica e é aqui que a assistência estudantil é essencial via ação para efetivação dessa inclusão.

Segundo Silva (2016, p.40), historicamente as bolsas e auxílios eram avaliados e concedidos para os melhores alunos desconsiderando a pobreza e os critérios da meritocracia, gerando um sistema educacional dualizado, discriminatório e elitizado e os recursos não vinham do estado e sim de doações.

A Constituição Federal de 1988, a constituição cidadã, foi um marco para a ampliação das políticas públicas devido aos seus princípios democráticos e de cidadania, na garantia de direitos sociais, na igualdade de direitos à população, em políticas públicas universais e na responsabilização do Estado frente à questão

social. Como citado anteriormente, a educação é garantida no artigo 205 da Constituição e, no seu artigo 206, a demanda, o acesso e permanência fornecem base para o trabalho na articulação dessas políticas e na defesa e consolidação de direitos e políticas públicas e universais.

Em 1998 (UNESCO), foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação Superior, que é a referência para expansão e desenvolvimento do ensino superior e da assistência estudantil. A declaração em seu artigo 3º determina que se facilite o acesso a alguns grupos específicos, como o povo indígena, minorias culturais e linguísticas de grupos menos favorecidos e os com deficiência. Aponta ainda a importância do desenvolvimento desses talentos e de estimulá-los individual e coletivamente a mostrar, via assistência estudantil, a superar os obstáculos tanto para o acesso quanto para a permanência dos estudantes.

No entanto, os governos de orientação neoliberal no Brasil, na década de 1990, frearam muitos dos direitos conquistados na Constituição Federal e, mais recentemente, com o golpe de 2016, seguem avançando no seu intuito em nome da crise econômica criada por eles e o desmonte dos direitos adquiridos e consolidados pela Constituição Federal de 1988. Temos vivenciado a concepção privatista da educação que, mesmo mantendo os artigos da constituição, da LDB e do PNE esse direito tem se direcionado cada vez mais para as instituições privadas e não para as instituições públicas, concedendo, por exemplo, bolsas em escolas privadas estimulando o ensino privado e o corte de verbas na educação pública.

Com esse avanço do neoliberalismo contra os direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988, estes direitos são atacados no sentido de retroceder no terreno já conquistado e a educação superior passa a ser um campo fértil para a expansão do mercado para o ensino superior privado, assim como a própria assistência estudantil, tornando-se mercadoria rentável para a iniciativa privada, estimulada pelo financiamento do Estado.

É importante destacar que essa não é uma prática nova, pois historicamente a assistência ao estudante sempre esteve ligada ao trabalho, à meritocracia. As bolsas destinavam-se a ajudar aos alunos que obtinham os melhores desempenhos e não àqueles que mais precisavam - uma prática que não avaliava o direito à educação e sim a educação e as suas condicionalidades.

Registra-se a partir de 2010 a assistência estudantil conta o PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil para estudantes dos Institutos

Federais, que se tornou um marco legal de fundamental apoio aos estudantes e à permanência e resposta à muita luta por condições de permanência e conclusão e tem por objetivos:

Art. 2º São objetivos do PNAES: I — democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II — minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III — reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV — contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O PNAES determina as ações de assistência estudantil: moradia estudantil, alimentação, transporte; assistência à saúde, inclusão digital, cultura; esporte, creche e ainda apoio pedagógico para prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. O PNAES é um dos mecanismos que viabiliza a permanência e a conclusão de curso, reduzindo a evasão escolar, proporcionando igualdade de oportunidades e amenizando as desigualdades entre os estudantes.

A ampliação da política de educação e a assistência estudantil têm a intenção da inclusão, formação, produção de conhecimento, melhorar o desempenho acadêmico para todos não apenas para aqueles que têm condições de pagar. O programa visa à ampliação e democratização das condições de acesso, permanência e conclusão de curso dos jovens nas instituições públicas de educação superior, pois contribui para inclusão social pela educação.

O PNAES foi uma grande conquista para a política de educação no que diz respeito à legislação para inclusão e que não vai ao encontro do mercado e do capital, pois a assistência estudantil é colocada como direito daqueles estudantes em vulnerabilidades e garante recursos para tanto. Cabe aos articuladores, executores da política, atuarem na compreensão das necessidades dos estudantes e adequarem a política com a finalidade de cumprir o seu papel segundo o código de ética do assistente social, visando a cidadania e emancipação do sujeito.

O PNAES tem se mostrado fundamental para a permanência dos estudantes no ambiente escolar. Os números mostram um aumento no investimento desde a sua criação até 2017.

Quadro 1: Evolução dos recursos destinados ao PNAES

Ano	Recursos PNAES (R\$)	Reajuste %	Nº de beneficiários	Aumento de beneficiários com relação ao ano anterior %
2010	7.735.805,00		1.590	
2011	10.908.977,00	41,02%	1.637	2,95%
2012	13.891.192,00	27,35%	1.889	15,39%
2013	14.130.505,00	1,72%	2.215	17,25%
2014	15.046.735,00	6,48%	2.426	9,52%
2015	17.963.284,00	19,39%	2.819	16,19%
2016	18.941.439,00	5,44%	4.116	46,00%
2017	18.626.373,00	-1,67%	4.348	5,63%

Fonte: PROPLAN e Sistema de Benefícios

O quadro acima demonstra um crescimento nos valores destinados ao PNAES, ou seja, caminha de acordo com o Plano Nacional de educação (PNE), Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, aprovado ao final do primeiro mandato do governo Dilma que prevê a elevação das taxas de matrículas no ensino superior e a oferta de, ao menos, 40% das novas matrículas no segmento público e uma previsão de investimento de 10% do PIB em educação em 10 anos, seja em instituições públicas seja em instituições privadas que recebem isenção fiscal e fomentam ainda mais a mercantilização do ensino.

É possível apontar a tentativa de investimento do estado na política de educação, mas nos últimos dois anos o que temos são cortes nas políticas de educação. Com a aprovação da PEC dos gastos públicos¹, não temos a garantia de o investimento será realizado; pelo contrário, o que temos é retrocesso nessa política pública.

O PNAES é um programa federal, mas sua administração é descentralizada. Cada instituição decide como utilizar o recurso conforme as necessidades dos estudantes levando em conta o perfil dos estudantes e o território em que estão inseridos, conforme o artigo 4º - O parágrafo único deste artigo ainda indica que as ações implementadas deverão basear-se na:

¹ A PEC 241 ou (55) que tem como objetivo congelar gastos públicos, por 20 anos. Com limites para despesas, será o gasto realizado no ano anterior corrigido pela inflação, conforme art. 104: A partir do exercício financeiro de 2017, as aplicações mínimas de recursos a que se referem inciso I do § 2º e o § 3º do art. 198 e o caput do art. 212, ambos da Constituição, corresponderão, em cada exercício financeiro, às aplicações mínimas referentes ao exercício anterior corrigidas na forma estabelecida pelo inciso II do § 3º do § 5º do art. 102 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (NR).

necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

No específico dos IF's, por exemplo, que possuem uma característica de interiorização, eles se inserem principalmente em comunidades mais pobres, levando acesso à educação em lugares nunca pensados. É importante que cada campus avalie o território e defina de que forma as verbas serão distribuídas entre os estudantes, analisando sempre as suas vulnerabilidades.

Cabe à assistência estudantil efetuar a avaliação quanto à necessidade de cada território e as demandas apresentadas pelos estudantes via centros acadêmicos e/ou grêmio estudantil para em conjunto definir como aplicar o recurso, pois é atribuição do assistente social promover e incentivar a participação da comunidade escolar nas escolhas das instituições sempre pensando em uma construção coletiva e no seu aspecto educativo.

O PNAES, representou um avanço no reconhecimento da desigualdade e auxilia na construção de condições de permanência dos sujeitos oriundos das classes populares e na garantia de verbas para suas ações no âmbito do orçamento da União, já que anteriormente os programas de assistência estudantil possuíam financiamento instável, geralmente oriundo de recursos próprios das universidades. Além disso, é um programa que apresenta fragilidades, dada a incerteza quanto a sua continuidade, visto que é um programa de governo que demanda ser uma política de Estado (RITTER, 2018, p. 94).

As políticas públicas existentes foram conquistadas através de muita luta e atualmente há um contexto de desconstruções dessas políticas, o que exige dos assistentes sociais ações e articulações de movimentos para que os direitos e as políticas não sejam subtraídas, como, por exemplo, a lei de cotas e o PNAES, buscando que essas políticas transformem-se em políticas de estado e não apenas de um governo.

Diante da atuação, busca-se a permanência do direito à educação e que se avance para uma igualdade de oportunidades diante dos cortes de verba, expansão do neoliberalismo e governos neoliberais de extrema direita que têm como meta o corte dos direitos conquistados. É importante pautar e pensar estratégias para ampliação do acesso.

As estratégias de ampliação do acesso à educação escolarizada, em todos os níveis da política educacional, ainda não configuram um efetivo processo de universalização do acesso a esta política, mas uma ampliação desigual em sua escalada e, sobretudo, em sua dimensão pública. Está longe, portanto, de ser tomada como uma afirmação da educação pública como um direito social (CFESS, 2012, p. 39).

Nesse sentido, segue a busca por políticas públicas e mais recursos que atendam às demandas dos estudantes. As instituições têm trabalhado para eleger as prioridades para atender essas demandas. Segundo o professor João de Deus Mendes, presidente do FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Comunitária e Estudantil, responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil, precisa-se de um aumento nos recursos para a política de assistência estudantil e destacou a insuficiência dos recursos atualmente disponíveis, pois:

a variação de alunos que recebem apoio está crescendo expressivamente desde 2009 e se o recurso se mantém ou cresce na média que vem ocorrendo, nós estamos efetivamente atendendo um menor número de alunos, porque a demanda aumentou.

Atualmente, há uma série de forças políticas como o FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Comunitária e Estudantil, movimentos estudantis, MEC, Andies e comissão de educação na câmara para discutir sobre os recursos, pois a preocupação com este recurso é grande diante de um cenário difícil para a ciência, pesquisa e educação pública, pois foram drasticamente reduzidos e, em alguns casos, cortados.

Segundo site do FONAPRACE, o PNAES será o único recurso que não sofrerá redução ou corte, mas será majorado. Em 2019, o recurso do PNAES terá reajuste de 10%, fruto da luta contínua empreitada pelo Andifes e pelo FONAPRACE. Resultado de constantes debates, reuniões e debates, revela-se em recursos para a assistência estudantil e vantagens para as universidades públicas, mas o FONAPRACE segue diligente para que não haja retrocessos.

3.2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INTERSETORIAL

Mediante os desafios para a concretização da política de assistência estudantil apontada no item anterior, o Assistente Social, no âmbito da educação, tem como dimensão do seu trabalho pensar estratégias que venham a contribuir para a garantia do direito à educação. No âmbito institucional, estabelecer perspectiva de intersectorialidade entre as políticas é uma dessas dimensões.

A intersectorialidade ainda é um conceito em construção. Esta é colocada como estratégia de gestão e articulação entre as políticas e a ampliação dos recursos para atender com êxito às demandas da questão social. A intersectorialidade surge diante da necessidade de articular as políticas sociais que no Brasil são setorializadas. Assim, o prefixo “inter” abarca a ideia de superação da fragmentação das políticas e que isoladamente acaba sendo menos eficaz.

Diante da complexidade das questões e das necessidades dos usuários das políticas e das suas demandas, é necessário atuar de forma intersectorial e em rede integrada. Para contemplar o atendimento no que diz respeito aos direitos e à cidadania diante da complexidade múltiplas das expressões da questão social, é preciso trabalhar de forma articulada.

O trabalho do assistente social na política de educação para o enfrentamento das expressões da questão social passa pela articulação entre as várias instituições e políticas sociais públicas entre estado, município, federação e comunidade. A intersectorialidade pode ser conceituada aqui como um diálogo entre os diversos setores para criar ações e articular forças entre as políticas sociais no atendimento à população e suas necessidades numa perspectiva integral e interdisciplinar, bem como dar respostas às demandas da comunidade escolar e ainda ampliar a democracia e cidadania.

É com a Constituição de 1988, a chamada constituição cidadã, que se intensificam a construção de políticas públicas e demanda-se uma modificação na gestão e nas relações entre o estado e a sociedade exigindo uma gestão qualificada.

Identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e intervir através das políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida. (BRASIL, 2005, p.45).

Os direitos sociais e demais conquistas advindas da constituição vêm exigindo dos gestores das políticas setoriais articulações entre as mesmas para que tenham alcance social a qual se propõem. Segundo Junqueira (1999, p. 27), a gestão intersetorial vem para articular as políticas públicas e atender aos usuários dessas políticas. Junqueira (1999, p.27) também aponta que essa perspectiva é importante porque condiz uma visão integrada das demandas sociais e de suas soluções. Diante de recursos cada vez mais escassos, é preciso criar soluções criativas e complexas frente à realidade que se apresenta.

Há vários conceitos de intersetorialidade que afirmam que ela é uma estratégia de articulação e multiplicação de ações para resolver as expressões da questão social. Para Pereira (2014, p.22), a intersetorialidade passa a ser compreendida como relevante para as políticas sociais. Inúmeros desdobramentos conceituais são atrelados para o que consiste a intersetorialidade: a gestão, a operacionalização e a prática profissional. Trata-se de um trabalho complexo, assim como é o trabalho junto às várias políticas públicas no sentido de fazer valer o direito.

Segundo Santos (2017, p.42), trabalhar intersetorialmente envolve a criação de espaços comunicativos e de negociações, que inclusive consigam gerar e gerenciar conflitos para que se possa chegar a resultados expressivos. Ela reforça ainda que não necessariamente essa união de força precise ser para solução de problemas, mas pode ser uma união no sentido de construção de ações para engajar sujeitos no intuito da transformação social.

As estruturas setorializadas tendem a tratar o cidadão e seus problemas de forma fragmentada, com serviços executados solitariamente, embora as ações se dirijam à mesma criança, à mesma família, ao mesmo trabalhador e ocorram no mesmo espaço territorial e meio ambiente (JUNQUEIRA, 1997, p.22).

Nesse sentido, assim como há troca de saberes nas ações multidisciplinares, a intersetorialidade é necessária pra trocas e soma de ações em prol da comunidade, pois o mesmo indivíduo que busca por educação também vai buscar

solução para questões de saúde e de assistência social. É necessária a união desses serviços no território.

A contribuição do Assistente Social dá-se atuando em equipes interdisciplinares, unindo os saberes de diferentes profissionais que tiveram formações diferentes e possibilitam cooperação e uma visão ampla em volta das expressões das questões sociais, cabendo ao assistente social à proposição de ações que ampliem a cidadania e a emancipação do sujeito. Para tal, é fundamental atuar numa perspectiva que busque a interface com as demais políticas sociais na qual atua setorialmente, ou seja, na construção de um trabalho integrado em rede com os demais profissionais e suas equipes das políticas sociais com as quais estabelecem a relação para o atendimento das demandas da população usuária comum dessas políticas.

No âmbito da política de educação, Amaro (1997) reflete que Educadores e Assistentes Sociais compartilham desafios semelhantes, e têm a escola como ponto de encontro para enfrentá-los. Tem-se a necessidade de fazer algo em torno da questão social que repercuta e implique de forma negativa no desempenho do estudante e que o pedagogo leve o Assistente Social para atuar na demanda. Desta forma, a atuação na perspectiva da intersetorialidade contribui para a união de saberes em prol da solução desses problemas enfrentados diariamente nas comunidades escolares e nos territórios carentes.

Constata-se, assim, que a intersetorialidade é trazida ainda por muitos autores como uma forma de trabalhar, articulando os saberes, os setores, a sociedade para o enfrentamento de questões comuns e trabalhando para a eliminação ou redução das desigualdades.

Na política de educação as expressões da questão social são inúmeras e devem ser tratadas primeiramente de forma interdisciplinar e merecem dos gestores atenção para a articulação, cabendo ao assistente social nesse espaço trabalhar essa forma de gestar.

a execução da educação é compartimentalizada nos cargos/funções, ou seja, o professor desempenha o seu papel, o diretor o dele e assim sucessivamente; prevalência do trabalho individualizado, às vezes multidisciplinar, raramente interdisciplinar; corporativista, resistente a mudanças; apresenta o embate entre o conservadorismo e o criticismo; ideologia hegemônica burguesa; receio de abertura de espaços para outra

profissões atuarem de forma compartilhada, a exemplo de distorções direcionadas ao assistente social ocupar cargos de educadores; dentre outras (LANÇA, 2017, p. 111).

Diante disso, é necessário pensar na melhor forma de resolver as questões, sempre trabalhando o diálogo entre os profissionais para enfrentar os desafios contemporâneos apresentados na política de educação sempre visando à defesa do direito à educação.

A intersetorialidade vem da necessidade de setores diferentes atuarem de forma integrada e inclusiva na implementação e no compartilhamento de recursos e no desenvolvimento de estratégias. Para isso, o assistente social não pode trabalhar sozinho. É através do trabalho em equipe interdisciplinar que se podem fundamentar as transformações sociais que desejamos. Diante disso, o assistente social na educação, principalmente de sua atuação no âmbito da assistência estudantil, não deve limitar-se às análises socioeconômicas e ao simples repasse de valores, mas criar ações de enfrentamento da questão social que considere as demais questões sempre envolvendo os estudantes visando a sua permanência e conclusão de curso.

Nesse sentido, abordar as questões com todos os sujeitos da comunidade escolar é importantíssimo. Chamar os estudantes e comunidade para discutir e pensar coletivamente com aqueles que são mais afetados e apresentam as expressões da questão social, ouvir a população e discutir os problemas é trabalhar a emancipação do sujeito e a participação para construção de uma sociedade mais igualitária diante de uma construção coletiva.

Os subsídios para o trabalho do assistente social na educação apresentados no capítulo 01 desse trabalho, trazem essa perspectiva de trabalhar de uma forma “inter” com vistas a cidadania, emancipação, participação coletiva nos processos de luta em torno da democracia e para alcançar no coletivo os objetivos da educação.

Portanto, os trabalhos interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais contribuem para a qualidade da educação, na dimensão apresentada, na medida em que eles convirjam em uma construção coletiva, profissional e política, distinta das formulações abstratas em torno da democracia e da cidadania, que impregnam não só o campo educacional. A noção de qualidade da educação ganha substância política a partir de sua vinculação aos processos de luta pela democracia e por uma cidadania plena, em função de sua nítida vinculação ao projeto de emancipação da classe trabalhadora (CFESS, 2012, p. 46).

O PNAES foi criado para auxiliar a permanência e a conclusão do curso dos estudantes diante das vulnerabilidades. Para além disso, o PNAES traz a

necessidade de trabalhar as demais questões como saúde, esporte, etc. Para dar conta de atender a essas demandas, a assistência estudantil precisa de ações articuladas com outras políticas públicas. Para trabalhar as questões de saúde, tráfico de drogas, gravidez na adolescência, é imprescindível articulações e soluções em rede.

Essa articulação fortalece e reafirma o trabalho do assistente social para garantir o direito à educação, permanência e conclusão da sua formação com ações que ampliem o bem-estar dos estudantes para que ensino ocorra de forma plena, pensando em ações para que a escola pense a educação não de uma forma rígida, mas que se molde ao saberes de cada um e pensando, por exemplo, no estudante trabalhador, trazendo alternativas para que se aproveite melhor o ambiente escolar, pois um ambiente acolhedor para o estudante é essencial para o seu aproveitamento e permanência.

É fundamental analisar e pensar o território, trabalhar interdisciplinarmente as questões individuais e coletivas que abrangem o território no qual está inserida a instituição para que em conjunto pensem-se possibilidades para a solução das questões.

Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua presença se vá tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar com ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo esta sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. No próprio mundo físico minha constatação não me leva a impotência. O conhecimento sobre terremotos desenvolveu toda uma engenharia que nos ajuda a sobreviver a eles. Não podemos elimina-los, mas podemos diminuir os danos que nos causam. (FREIRE, 1996, p. 30).

Considerando ainda a questão do aprendizado das crianças, jovens e adultos, é necessária cooperação entre os setores de educação, saúde e assistência social, sendo fundamental potencializar as ações de cada um deles: psicólogo, pedagogo, assistente social, nutricionais, docentes e técnicos. O Plano Nacional de Educação contempla esse compromisso quando coloca a necessidade de articulação para

melhoria no atendimento aos estudantes que precisam ter suas demandas atendidas.

No horizonte dos dez anos deste Plano Nacional de Educação, a demanda de educação infantil poderá ser atendida com qualidade, beneficiando a toda criança que necessite e cuja família queira ter seus filhos frequentando uma instituição educacional. Para tanto, requerem-se, ademais de orientações pedagógicas e medidas administrativas conducentes à melhoria da qualidade dos serviços oferecidos, medidas de natureza política, tais como decisões e compromissos políticos dos governantes em relação às crianças, medidas econômicas relativas aos recursos financeiros necessários e medidas administrativas para articulação dos setores da política social envolvidos no atendimento dos direitos e das necessidades das crianças, como a Educação, a Assistência Social, a Justiça, o Trabalho, a Cultura, a Saúde e as Comunicações Sociais, além das organizações da sociedade civil (BRASIL, PNE, 2014, p. 14).

O Plano Nacional de educação demanda ainda, por exemplo, que a educação infantil num prazo de 10 anos deve ser atendida com qualidade para benefício dos estudantes e de sua família através de articulação dos setores que envolvam a efetivação dos direitos das crianças.

Estabelecer, até o final da década, em todos os Municípios e com a colaboração dos setores responsáveis pela educação, saúde e assistência social e de organizações não governamentais, programas de orientação e apoio aos pais com filhos entre 0 e 3 anos, oferecendo, inclusive, assistência financeira, jurídica e de suplementação alimentar nos casos de pobreza, violência doméstica e desagregação familiar extrema (BRASIL, PNE, 2014, p. 17).

Passa a ser fundamental para atuação do assistente social que o trabalho profissional ocorra numa perspectiva interdisciplinar, pois as articulações devem acontecer tanto com os técnicos, professores, alunos, pais, grêmios estudantis para uma análise atentando sempre para a totalidade. Amaro (1997) traz que a interdisciplinaridade, supõe a interação e a complementaridade entre diferentes saberes, é vetor que, ao mesmo tempo, promove, estimula e alavanca a ação do assistente social nas equipes.

O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 1998, p.75).

Para a política educação, no que tange o atendimento a alunos com deficiência e portadores de necessidades especiais, é necessário o envolvimento de especialistas da área da educação, da saúde, da psicologia e da colaboração de diferentes órgãos do Poder Público, em particular os vinculados à saúde, assistência e promoção social, inclusive em termos de recursos, contemplando principalmente as famílias de baixa renda.

Nesses casos, é preciso ampliar a colaboração das políticas de saúde e de previdência, órgãos públicos e entidades não governamentais de assistência social para o acesso aos programas que oferecem próteses de diferentes tipos. Para esses estudantes, essa articulação e apoio são fundamentais para a garantia ao acesso e à permanência na escola.

Sobre a intersetorialidade há um consenso discursivo e um dissenso prático. Esse dissenso nasce da contradição entre a necessidade de integração de práticas e saberes requeridas pela complexidade da realidade e um aparato de Estado setorializado, onde se acumulam, com maior ou menor conflito, poderes disciplinares e poderes advindos de composições político partidárias (ANDRADE, 2006, p. 280).

Segundo Souza (2017, p. 91), a intersetorialidade nas políticas sociais não garante por si só a perspectiva de articulação e direitos, pois ambas as categorias encontram limites institucionais imbuídos de objetivos políticos, ideológicos e históricos. A idealização da intersetorialidade precisa superar as relações contraditórias e as tensões entre os setores.

Segundo Silva (2012), o ciclo das políticas públicas passa a ser discutido, aperfeiçoado e pensado a partir de políticas mais democráticas e em prol do acesso dos direitos. Para atingir a excelência das ações, surgiram as novas formas de gestão pública, que preveem, dentre outras ações, a intersetorialidade com o intuito de garantir o acesso e a autonomia de cada cidadão no processo de tomada de decisão.

Diante disso, vemos que as políticas públicas através da intersetorialidade vão se ajustando, modificando e melhorando para auxiliar na efetivação dos direitos. As políticas setoriais da saúde, educação, assistência passam a se completarem de forma intersetorial fundamentadas em suas diretrizes e se unem para compor a gestão ampla para contemplar as demandas do território.

Neste sentido, a intersetorialidade na gestão pública significa adotar uma decisão racional no processo de gestão, cuja aplicação pode ser positiva ou não. Ela não pode ser considerada antagônica ou substitutiva da intersetorialidade, mas complementar, ou seja, deve-se realizar uma combinação entre política setorial com intersetorial, e não contrapô-las no processo de gestão (NASCIMENTO, 2010, p. 100).

A intersetorialidade potencializa as ações em conjunto, fortalecendo ações coletivas lutando por objetivos comuns seja nas políticas públicas, seja para implantá-las, isto é, para potencializar os coletivos na luta pelos direitos conquistados, como a educação, e que no âmbito do estado neoliberal mantenham os direitos já conquistados.

Depois de tantas lutas e conquistas, pode-se afirmar que hoje se tem como papel fundamental do setor educacional, o acesso ao conhecimento, para que as pessoas possam ter possibilidades e autonomia de participar efetivamente das políticas e continuarem assim a lutar por igualdade de direitos, pode-se dizer então, que atualmente a educação, em termos de Brasil, pode ser tratada como uma política social que deve ter como compromisso fundamental a garantia dos direitos do cidadão (SANTOS, 2016, p. 1-2).

As estruturas foram criadas de forma setoriais e exigem dos gestores ações intersetoriais da assistência social, saúde e educação, por exemplo, com desafio diante do corte de verbas e congelamento do orçamento para que se consiga aglutinar força política na defesa dos direitos sociais.

Trabalhar intersetorialmente envolve a criação de espaços comunicativos e de negociações, que inclusive consigam gerar e gerenciar conflitos, para que se possa chegar a resultados expressivos. Importante ressaltar que este resultado não implica necessariamente na resolução ou enfrentamento final do problema, mas que possa somar na acumulação de forças, na construção de sujeitos engajados com a transformação social, na descoberta da possibilidade de agir (SANTOS, 2017, p. 42).

Diante disso, é necessária a intersetorialidade não só para o enfrentamento das demandas e conflitos, mas para a construção de sujeitos comprometidos com o social e com os direitos sociais, seja na luta por mantê-los seja na conquista de políticas públicas que atendam as demandas.

Na perspectiva da Educação Integral, é fundamental reconhecer os estudantes em sua integralidade, considerando o papel de toda a sociedade em garantir que cada aluno possa se desenvolver física, intelectual, emocional, social e culturalmente. E, para tanto, faz-se necessário que o sistema educacional possa ter

uma interlocução direta com a saúde, assistência social e outras secretarias e ações governamentais.

Diante dos atuais acontecimentos de violência contra professores e as demais violências relatadas em sala de aula e no ambiente escolar, a demanda para o assistente social exige o trabalho do assistente social com ações educativas com relação à violência, *bullying*, indisciplina recorrente, drogas e abuso na família. A intersectorialidade auxilia na resposta contra a violência, pois a violência no ambiente escolar advém das desigualdades e é preciso atuar de forma complexa junto aos alunos, famílias e comunidade.

Expressões da questão social como desemprego, moradia, saúde, segurança, desestruturam as famílias refletindo no ambiente escolar, reproduzindo o que vive em casa aumentando as ocorrências escolares. Segundo Fernandes (2000), estas questões relacionadas com a desigualdade e exclusão social têm conduzido ao crescimento da delinquência e da violência, quer na sociedade quer no interior da escola.

É preciso refletir que o capitalismo faz com que as famílias trabalhem muito e muitas vezes não consigam dar conta da educação dos filhos, aliando-se ao consumismo reforçado pelo sistema e pela mídia influenciadora das atitudes dos alunos. Diante desse complexo ambiente escolar, é preciso um trabalho qualificado de muitos profissionais e de setores, pois o professor sozinho não dá conta de acompanhar os alunos e suas famílias.

É nesse âmbito que a intersectorialidade na política de educação deve acontecer perante o desafio do diálogo entre as políticas, que é onde se pode juntar forças em prol da resolução das demandas que advém das demandas do trabalho escola, família e comunidade.

Com isso fica claro que, apesar dos avanços sociais inscritos na Constituição Federal de 1988, prepondera a fragmentação da ação social estatal. E esta fragmentação se torna mais acentuada quanto mais a realidade se torna complexa e portadora de novos desafios sociais (envelhecimento populacional, transformação da família, problemas migratórios, ameaça ao meio ambiente, etc) (PEREIRA, 2014, p.17).

Ainda segundo Pereira (2014, p. 18), o prisma da intersectorialidade não é entendido na perspectiva normativa e prescritiva, mas como negociação de interesses, considerada a chave para a construção de sinergias entre diferentes

saberes e áreas, ou seja, é preciso uma articulação de interesses em prol de um mesmo objetivo que é atender às demandas dos indivíduos. No caso da educação, é preciso enfrentar a setorialização, conhecer e articular com o território que é de onde as demandas se estabelecem e ainda criar fluxos para que toda essa articulação aconteça perpassando por todos os percalços da administração pública.

As estruturas setorializadas tendem a tratar o cidadão e seus problemas de forma fragmentada, com serviços executados solitariamente, embora as ações se dirijam à mesma criança, à mesma família, ao mesmo trabalhador e ocorram no mesmo espaço territorial e meio ambiente (JUNQUEIRA, 1997, p.22).

Diante do cenário atual, conforme referido anteriormente, com o corte de recursos e congelamento do orçamento para educação, a intersetorialidade é trazida como opção de gestão e estratégia para um melhor aproveitamento dos recursos, uma vez que no mesmo território um mesmo indivíduo precisa ser atendido na política de saúde, de assistência social e de educação e demais áreas. É preciso para a totalidade, para o usuário e o seu território.

Em face dessa tendência e da prevalência dos discursos pós-modernos, a intersetorialidade vem sendo pensada de forma pragmática: como uma estratégia de gestão competente e eficaz, com o objetivo de otimizar recursos humanos e financeiros. Esta é uma visão mais própria da Administração pública (PEREIRA, 2014, p. 17).

Sendo assim, a intersetorialidade tem se mostrado como característica do fazer público diante das vulnerabilidades de quem precisa de políticas públicas e do sucateamento das instituições.

3.3 A INTERSETORIALIDADE E O TRABALHO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFRS

Para contemplar as demandas no âmbito da educação, é preciso transcender a forma de atuação e trabalhar em conjunto, trazendo inclusive a comunidade escolar para definir as prioridades, elencar as demandas e pensar soluções criativas de enfrentamento às vulnerabilidades, questão social e, principalmente, do acesso à educação. A LDB traz a necessidade de articulação entre as políticas e a necessidade de trabalhar-se essa demanda.

Art. 1 A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, na instituição de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB, 1996, p. 01).

Para trabalhar intersetorialmente na educação é necessário abrir espaço para o diálogo, a exemplo dos colegiados realizados nos Institutos Federais, envolvendo os técnicos, alunos, professores, assistente social para diálogo visando elencar as prioridades diante de um orçamento escasso e de um cenário de cortes atuais, negociação e resolução dos problemas, trabalhando de forma a conscientizar os alunos quanto aos direitos, cidadania e transformação social.

É importante a articulação intersetorial trazendo uma junção de saberes para o enfrentamento das questões de emancipação, humanidades, valorização do conhecimento, ou seja, questões que aparecem no dia a dia escolar como *bullying*, violência, saúde mental, drogas e etc.. Com a experiência na assistência estudantil do Instituto Federal de educação, a autora traz como exemplo as reuniões mensais entre a rede para trabalhar questões de saúde, educação, assistência social, transporte. Diante disso, trabalhar isoladamente o enfrentamento das vulnerabilidades apresentadas pelos estudantes e suas famílias fica mais distante, bem como se acaba ainda ficando sem uma visão completa das reais necessidades desses.

Quanto a essas vulnerabilidades que materializam e se expressam principalmente contra professores, é preciso atuar de forma interdisciplinar, trabalhando em conjunto as causas da violência que se refletem no território e nas escolas. Nesse caso, a atuação entre as políticas, junto aos pais e à comunidade, trabalha a importância do conhecimento e das responsabilidades de cada um, mesmo diante de um sistema que exige muito dos pais que trabalham e que sobrecarregam a escola na missão de educar, fazendo dela um depósito de crianças.

A escola tem um papel importante na vida, principalmente, daqueles sujeitos sob cuidados que dela participam. Há quem diga que o papel da escola é ensinar, inculcar o conhecimento, e o da família é cuidar e educar, no desenvolvimento das faculdades físicas, Moraes e intelectuais dos seus membros. Mas com o decorrer do tempo esses papéis já não são tão assim delimitados, e a escola também se empenha na educação e no cuidado. (RODRIGUES, 2012. p. 8).

É fundamental trabalhar a função educativa e social da escola na conciliação dos conflitos, pois o que ocorre nas escolas é reflexo da sociedade em que o estudante vive. É essencial olhar aqui o tripé escola, família e comunidade para entender as questões na sua totalidade e criar as ações para solução das questões.

O assistente social nesse contexto contribui com sua formação voltada para realizar uma análise da realidade e realizar um diagnóstico da realidade escolar, trabalhar com interdisciplinaridade, criar programas, projetos e ações que atendam o tripé família, escola e comunidade e se articular com outras instituições, criando parcerias para possíveis encaminhamentos pertencentes ao papel do assistente social, conforme demanda o código de ética e a lei de regulamentação da profissão.

Durante o fazer profissional é necessário o trabalho e articulação com a rede quando o estudante apresenta demandas da assistência, da saúde, sócio-jurídica junto ao Conselho tutelar ou defensoria, por exemplo, ou seja, as demandas envolvem outras esferas que sozinho o assistente social não consegue responder.

Nos casos de gravidez na adolescência, por exemplo, é preciso realizar o acolhimento dessa estudante, orientar quanto a procedimentos escolares juntamente com outros profissionais, como a pedagoga e a psicóloga e orientar quanto aos espaços e acesso para que a mesma seja atendida na saúde e assistência, dependendo das suas vulnerabilidades. A articulação de reuniões é necessária para discutir casos mais completos do município ou mesmo para construção de ações em conjunto para promoção de saúde, educação, assistência social, habitação, cultura e etc. que envolvam os usuários.

No que tange as questões intersetoriais de saúde e educação nas escolas, é importante um trabalho em conjunto para questões de saúde como promoção a saúde social. É preciso trabalhar o censo crítico e participativo dos estudantes e, em conjunto, as demandas desses de forma integral. É importante trazer para esses debates também os familiares, comunidade escolar, técnicos focados na conscientização dos seus direitos e de cidadania, sempre em conjunto com a política de saúde e assistência social.

O *campus* do Instituto Federal de Alvorada é uma implantação para a qualificação do local e da estrutura a ser oferecida aos estudantes e à comunidade escolar. Foi necessário um trabalho de busca de junto às outras áreas da esfera

pública para atender às demandas como computadores, transporte, segurança para atendimento aos estudantes e comunidade desse território.

Diante dessas demandas, a intersectorialidade vem como gestão para atender às necessidades e proporciona a união das políticas na contramão da política setorial e diante da complexidade dos casos e das vulnerabilidades existentes que somente um profissional ou um setor não dá conta. Fica clara a necessidade de articular para dar respostas mais eficazes aos usuários, dar suporte e garantir o acesso, permanência e conclusão de cursos desses estudantes e contemplar a cidadania e emancipação do sujeito de forma ampla.

A assistência estudantil precisa da gestão intersectorial para que suas ações alcancem seus objetivos de intervir, como determina o projeto ético-político e técnico-metodológico do assistente social diante das condições precárias existentes, do número limitado de profissionais, condições precárias éticas e técnicas e escassos recursos financeiros destinados à política de assistência estudantil.

Na assistência estudantil, quando o Assistente Social realiza a sua análise sócio-institucional, já tem como objetivo visualizar a instituição e as suas possibilidades de atuação no sentido do exercício profissional e pensar no apoio aos estudantes; analisar as contribuições que o exercício profissional dos assistentes sociais proporciona para a materialização da política de assistência estudantil na instituição; apreender as possibilidades de inter-relação dos fundamentos do projeto ético político do Serviço Social com a prática profissional na operacionalização da política de educação.

Muito além do auxílio financeiro, o assistente social na assistência estudantil, na sua visão da totalidade, precisa articular ações para manutenção dos estudantes na instituição, como transporte, alimentação, acessibilidade e etc. É preciso trabalhar em conjunto também as questões do desempenho acadêmico, quando é preciso a inclusão via pesquisa, bolsa, etc.

No campus foi realizada reunião para que os alunos comesçassem a articular o grêmio estudantil para que eles pensassem suas pautas e reivindicações para que em conjunto ocorra a tomada de decisão. Pensar as manifestações artísticas, culturais, lazer e esportiva também é papel do assistente social nessa política e, assim, precisa de uma rede intersectorial para criar espaços para que essas manifestações ocorram.

Tão importante quanto às demais, pensar as questões de juventude, que exigem uma rede para envolver os estudantes a pensar o futuro dessa juventude com questões profissionais e mesmo com drogadições e violências. O público da assistência estudantil traz vulnerabilidades de diferentes tipos, exigindo parcerias intersetoriais para atuar no complexo contexto de situação de pobreza e expressões da questão social dos estudantes e de suas famílias.

A assistência estudantil tem atuação direta com as expressões diretas da pobreza, como a falta de alimentação, onde o aluno muitas vezes tem que escolher comer a alimentação ofertada na instituição ou levar para o filho que está em casa, com fome, e aos cuidados de alguém parente, pois não há creche suficiente e muito menos noturnas para cuidar das crianças enquanto as mães estão na escola. Diante disso, é possível perceber que só a política de educação não dá conta do acesso à educação quando proporciona vagas, mas não há condições de alimentação, trabalho, creche para os filhos, etc.

O assistente social atua com o acolhimento e intervenção a fim de minimizar as expressões da desigualdade e trabalhar de forma intersetorial para responder as demandas. Com efeito, o olhar da Educação sobre a intersetorialidade tem como base o reconhecimento de que os problemas estruturais que afetam as famílias repercutem diretamente nas condições de aprendizagem das crianças e adolescentes.

É preciso superar os cortes no orçamento e a precarização nos espaços quando, muitas vezes, a instituição possui apenas um veículo e, diante disso, a realização de Visitas Domiciliares fica comprometida. O trabalho em rede faz-se necessário para unir forças para conhecer a realidade daquele estudante que demanda atenção.

[...] a coerção cedeu lugar à motivação, ao trabalho em grupo, à autonomia e à criatividade, marcando decisivamente a peculiaridade do ideário da gestão participativa, inspirador das formas de controle capitalistas contemporâneas. [...] É a tendência da modernização que impõe o incremento de formas de gestão que, antes centralizadas no controle dos tempos e movimentos e no aperfeiçoamento técnico, incorpora, na atualidade, como elementos significativos a cooperação e o envolvimento do trabalho na administração gerencial (SOUZA, 2012, p. 149).

Diante disso, a intersetorialidade entre a política de educação e as demais políticas deve ser articulada na contramão da forma como são constituídas, setorial

e burocrática, para desconstrução em nome de uma nova forma de gerir e construir soluções em conjunto diante do avanço das políticas sufocantes do neoliberalismo. Trata-se de uma nova forma de trabalhar, dando visibilidade para os trabalhadores e trabalho das políticas sempre envolvendo engajamento político, conhecimento da realidade e disposição.

No entanto, apesar do sucateamento das instituições, as experiências intersetoriais com protagonismo da área de educação, relacionando-se com a política de saúde e assistência social vêm trazendo ganhos na construção de soluções diante das expressões da questão social e de acordo com o projeto ético-político da profissão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim dessa etapa da formação acadêmica de bacharel em Serviço Social e pelo processo de formação, é possível efetuar algumas considerações sobre esse momento. Este apresenta uma síntese dos principais resultados alcançados sobre a pesquisa efetuada diante das inquietações provocadas durante a formação e principalmente no processo de estágio obrigatório.

Na pesquisa bibliográfica e documental realizada fica explícito que historicamente a educação é utilizada e constituída a serviço do capital, visando a formação de mão de obra o mercado. Fica, aqui, evidente a importância da política de educação na formação e na emancipação do sujeito na contramão da contraditória sociedade capitalista e de suas conseqüentes expressões da questão social que nos últimos dez anos emerge, através das lutas por inclusão e por direitos via movimentos social.

É a partir da constituição de 1988, com a constituição cidadã, e a criação de políticas públicas, aqui em especial na política de educação, é que se amplia o acesso a direitos sociais antes negados. Bem como se amplia o PNE e a LDB, e cria-se ainda o PNAES, contribuindo para o trabalho na assistência estudantil quanto à dificuldade da tarefa de auxiliar a inclusão e permanência dos estudantes nas instituições de ensino, garantindo a efetivação do direito à educação como condiz o projeto ético-político da profissão.

Importante registrar, diante da conjuntura atual, a função pedagógica, política e crítica da política de educação e que partilha o mesmo viés do projeto ético-político do Assistente Social. Todavia, somente a assistência estudantil via auxílio financeiro e os demais marcos legais não garantem um efetivo acesso à política de educação, pois o acesso não se dá apenas pela oferta de vagas nas escolas e sim da permanência e conclusão diante das múltiplas expressões da questão social. Expressões que estão presentes no território e que se manifestam na relação escolar como comportamento, saúde, assistência social, emprego, transporte e somente a assistência estudantil e seus subsídios ficam limitados diante da totalidade.

A vivência no campo de estágio, desenvolvido na área da Assistência Estudantil foi fundamental para conhecer o dia a dia do trabalho do Assistente Social

nessa política; pensar e discutir ações de enfrentamento dos padrões que estão enraizados na sociedade capitalista.

Verificou-se que os objetivos e princípios do PNAES têm compromisso e preocupação com a autonomia, a emancipação do sujeito. E, diante das ações dos assistentes sociais e da equipe multidisciplinar, esclarece a possibilidade de conhecimento e acesso aos direitos e à educação. Para além disso, é necessária a articulação da escola, família e comunidade, construindo espaços de participação com o intuito de criar estratégias de enfrentamento da questão social, promovendo a cidadania, dignidade humana, emancipação e movimentos de luta.

Percebe-se um avanço histórico com a constituição de 1988 e as políticas públicas acrescidas dessa, mas na articulação da política fica clara a insuficiência da mesma diante do avanço do neoliberalismo, do sucateamento das instituições e as contradições agravadas devido às características do modelo de desenvolvimento capitalista trazendo os desafios ao sistema de proteção social.

Diante da histórica setorização das políticas sociais e fragmentação das instituições e da incapacidade de solução das demandas devido, muitas vezes, também pelo sucateamento dos serviços e aumento das demandas, é necessário refletir que a assistência estudantil deve, além de garantir o acesso dos estudantes a recursos financeiros, englobar articulação com a rede e com outras políticas sociais.

Diante disso, emerge a necessidade de fortalecer a articulação entre as políticas com a finalidade de unir os setores e os conhecimentos dos profissionais que as articulam para encontrar soluções para as complexas demandas apresentadas pelos estudantes num mesmo território que requer integração, cooperação e uma vasta teia de interconexões entre as políticas públicas. A intersectorialidade é uma estratégia política que exige a superação de enormes desafios da setorização e das políticas setorizadas.

REFERENCIAS

AMARO, Sarita Teresinha Alves; BARBIANI, Rosângela; OLIVEIRA, Maristela Costa de. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

AMARO, Sarita. **Serviço social na educação: Bases para o trabalho profissional.** Florianópolis: Ed. da UFSC. 2011. 182 p.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira.** Campinas: Papel Social, 2015. 177 p.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** DOU de 16/07/1990 ECA. Brasília, DF.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providencias. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº. 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF, 07 jun. 1993.

BRASIL. **Decreto 7234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Base: PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC, agosto 2017.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Secretaria Nacional de Assistência Social. NOBSUS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2005.

BRASIL. (1961). **Lei 4.024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

BRASIL. (1996). **Lei nº 9.394, de 20.12.96,** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, n. 248, de 23.12.96, pp. 27.833-27.841.

BRASÍLIA, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 2001.

BRASIL. 2014. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014,** que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Centro de Documentação e Informação Coordenação Edições Câmara Brasília, 2014.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Brasília: CFESS, 1993.

CFESS/CRESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001.

DUARTE, Joana Maria Gouveia Franco. **Trabalho Social com famílias: das determinações sócio-históricas aos subsídios para o trabalho profissional cotidiano**. 2017. 223 p. Tese (doutorado em Serviço Social). Programa de Estudo Pós Graduados em serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64.ed. Rio de Janeiro/são Paulo: Paz e Terra, 2017. 253 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à pratica educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS–CE, Debate n. 6, 1997a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997A.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 1997b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília, DF, ABEPSS. n.3, jan./jun. 2001.

IAMAMOTO, Marilda, Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JUNQUEIRA, Luciano. A. Prates. Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersetorialidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 2, 1997, p. 31-46.

JUNQUEIRA, Luciano. A. Prates. Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade. **Revista FEA-PUC-SP**, São Paulo, v. 1, p. 57-72, nov. 1999.

JUNQUEIRA, Luciano. A. Prates. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, 2000, p. 35-45.

LANÇA, Angelita Márcia Carreira Gandolfi. **Contribuições do Serviço Social**. 2017. 241 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2017.

MESZÁRIOS, Istvan. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 126 p.

NASCIMENTO, Suely. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

NASCIMENTO, Sueli. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

PAULO NETTO, José. **A construção do projeto ético-político do serviço social, serviço social e saúde**.

PEREIRA, Larissa Dahmer et al (Org.). **Serviço Social e Educação: Coletânea Nova de serviço Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumenjuris, 2013.

PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Org.). **Serviço Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. 165 p.

PEREIRA, K. Y. de L.; TEIXEIRA, S. M. Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 12 n. 1, p. 114-127, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12990/9619>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 23-39.

RITTER, Carolina. **A política de cotas na educação superior: as (a)simetrias entre o acesso nas universidades federais e o desenvolvimento social brasileiro**. Tese (doutorado). - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. 2018.

SANTOS, Eliane Ferreira dos. **O desafio da intersetorialidade entre educação e assistência social**: Escola Vila Esperança, CRAS Espaço Esperança e Grupo Primavera – Campinas/SP. Dissertação de mestrado ao Centro Universitário Salesiano de São Paulo. São Paulo, 2017.

SILVA, Juliana Barreto da. **A Política de Assistência Estudantil: estudo sobre condicionalidades**. 2016. Dissertação (Mestrado). Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2016.

SILVA, Dirceu Santos. **Intersectorialidade, descentralizacao e empreendedorismo na gestão publica de esporte e lazer no estado do Espírito Santo**. 2012. 194f. Dissertacao (Mestrado) - Curso Educacao Física, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SOARES, Daniele Moraes Cecilio. **A interface das demandas da educação**: um estudo dos atendimentos do serviço social no município de Maringá /PR. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Toledo, 2016.

SOUZA, Reivan Marinho de. Da coerção ao “envolvimento”: forma “humanizada” de controle do capital sobre o trabalho na produção flexível. In: **Trabalho, educação e forma humana frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.